

COM O PCP, COM A APU
TRABALHAR, RESOLVER, CUMPRIR
REFORÇAR O PODER LOCAL
CONTINUAR ABRIL!



Álvaro Cunhal esteve no passado fim-de-semana na Marinha Grande (na foto, entre jovens) e no Montijo, em duas iniciativas dos comunistas locais

Iniciativas do PCP e da APU de Norte a Sul do País

- Às 17 e 30 do próximo sábado realiza-se um comício integrado na Festa da Liberdade (no Vale do Silêncio, Olivais, Lisboa) em que participará Álvaro Cunhal

Pág. 3/6

Octávio Pato proferindo a intervenção de encerramento no Encontro de anteontem no Pavilhão dos Desportos, em que foram divulgados os grandes objectivos da APU para as eleições autárquicas em Lisboa



Duas imagens distintas do que foram as comemorações do aniversário da CGTP, mas, cada uma a seu modo, igualmente significativas: o grande comício de massas realizado no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, e as comemorações na Têxtil "Tentativa", no Porto

Págs. 7

Alegria e luta no aniversário da CGTP



Delegação do PC da Finlândia

A convite do Partido Comunista Português visitará Portugal a partir de hoje uma delegação do Partido Comunista da Finlândia dirigida pelo seu Presidente Janko Kajanoja.

A delegação do Partido Comunista da Finlândia realizará conversações com uma delegação do PCP dirigida por Álvaro Cunhal e contactará com diversos aspectos da realidade portuguesa e da actividade do PCP.

Trabalhadores da Comunicação Social em luta

Pág. 7

Produzir ainda mais e... resistir é o lema na Reforma Agrária

• Reforma Agrária paralisa no dia 14

Pág. 7

SEMANA

29
Quarta-feira



Lisnave em luta

Milhares de trabalhadores da Lisnave manifestam-se no concelho de Almada, protestando contra a decisão da administração da empresa em não pagar, na íntegra, os salários do corrente mês. Representantes sindicais dos trabalhadores da comunicação social exigem dos órgãos de poder a imediata demissão do secretário de Estado José Alfaia e do presidente da RTP, Proença de Carvalho. Ramalho Eanes recebe Francis Blanchard, o representante da OIT que se encontra em visita oficial a Portugal. O Sindicato dos Jornalistas é eleito membro do Conselho Geral da Comissão Nacional da Unesco. O presidente da AR, Oliveira Dias, afirma em Roma que «depois da extinção do CR o Governo vê alargados os seus poderes em matérias militares, passando a incumbir-lhe dirigir a administração militar do Estado». O Partido Trabalhista britânico compromete-se a renunciar às armas atómicas e a encerrar as bases militares norte-americanas na Grã-Bretanha, quando for governo. As Forças Armadas de Moçambique abateram cerca de 800 terroristas e capturaram 229 em operações no centro e sul do país, de Janeiro a Setembro, revela o Estado-Maior General em Maputo. Um avião da «Aeroflot» despenha-se no Luxemburgo.

30
Quinta-feira

Um comício no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, assinala a passagem do 12.º aniversário da CGTP-IN; em nome dos trabalhadores, foi exigida a demissão do Governo, a dissolução da AR e a realização de eleições. A AM de Lisboa exige a abertura imediata das entradas das estações de Metro já ampliadas e que o Governo pretenda «inaugurar» em vésperas das eleições autárquicas. O Governo aprova o projecto de lei da Defesa Nacional e do Tribunal Constitucional. É publicado no «Diário da República» a lei da Revisão Constitucional, que entra em vigor a 30 de Outubro. Greve decretada pelo «paralelo» da CP afecta a circulação ferroviária. O ex-guarda-costas de Freitas do Amaral, é preso em circunstâncias estranhas pela PJ; em Janeiro, José Esteves revelou à imprensa algumas das actividades da «segurança» do CDS. Racomergaram em Genebra as conversações entre a URSS e o EUA sobre a limitação de armas nucleares de médio alcance na Europa. Os observadores das Nações Unidas denunciam que novas atrocidades estão a ser cometidas no sul do Líbano, por tropas israelitas e mercenários fascistas libaneses.

1
Sexta-feira



Lisboa capital da Paz

Um especialista da OCDE em assuntos da economia portuguesa afirma em Lisboa que a balança de pagamentos de Portugal atingirá, no final do ano, um défice de três mil milhões de dólares, ou seja, quase o dobro do anunciado pelo ministro das Finanças, João Salgueiro; o perito francês calcula que a taxa de inflação atingirá os 25,5 por cento, mais 8,5 por cento do que a meta oficial do Governo AD. O Conselho Português para a Paz e Cooperação anuncia a realização em Lisboa, de 30 de Outubro a 4 de Novembro, da reunião da Presidência do Conselho Mundial da Paz e da Comissão Internacional Preparatória para a Assembleia Mundial pela Paz e a Vida contra a Guerra Nuclear. Representantes sindicais da comunicação social pedem ao PR que intervenha, com todos os meios de que dispõe, para repor a legalidade na Anop. Começa o ano lectivo para cerca de 900 mil crianças do ensino primário. O Congresso boliviano eleito em 1980 reúne pela primeira vez para escolher um novo presidente, Siles Suazo, que deverá tomar posse no próximo dia 10 de Outubro. Helmut Kohl é empossado pelo parlamento alemão no cargo de chanceler da RFA.

2
Sábado

É inaugurado na Branda um novo complexo sociocultural da freguesia; a obra da Junta de Freguesia foi concretizada com o apoio da população que ali trabalhou aos fins-de-semana durante o período de obras. É inaugurado um centro de convívio para reformados, uma biblioteca, centro de ocupação de tempos livres para jovens, um salão polyvalente e actividades da Junta. Álvaro Cunhal acusa na Marinha Grande o Governo AD de ter entrado «em rebelião institucional contra o Presidente da República». Rádio Teerão anuncia que um atentado à bomba naquela capital provoca 60 mortos e cerca de 700 feridos. Manifestantes em 24 cidades da Dinamarca exigem a retirada do país da CEE. Um representante da CEE, em reunião com o responsável da OLP, Farouk Kaddoumi, afirma que na opinião dos membros da Comunidade «a atmosfera actual no mundo é tal que o povo palestiniano pode nunca mais ter melhor ocasião para ser recompensado por um gesto corajoso»; foi o primeiro encontro da CEE com um alto representante da OLP.

3
Domingo



Amadora em festa

Ramalho Eanes afirma, em almoço com jovens apoiantes da sua recandidatura; estar disposto a «assumir todas as suas responsabilidades para que Portugal não seja um país que olha o passado como se não tivesse futuro». Um desfile popular, em que participam associações e colectividades de recreio, cultura e desporto, percorre as ruas da Amadora assinalando o encerramento das comemorações do terceiro aniversário daquele concelho. Trabalhadores da Reforma Agrária, reunidos para preparar as sentenças de Outono/Inverno, anunciam a palisação para 14 de Outubro, em jornada de luta pela demissão do Governo. O Ministério do Interior de Espanha anuncia a prisão de três coronéis do exército espanhol que planeavam um golpe de Estado militar nas vésperas das eleições gerais do próximo dia 28. O dirigente trabalhista britânico, Michael Foot, afirma que se o seu partido ganhar as próximas eleições a Inglaterra poderia vir a sair da Comunidade Económica Europeia.

4
Segunda-feira

Jorge Ferreira de Castro, presidente da Junta de Freguesia de S. João da Madeira, ex-deputado do PSD e dirigente da UGT, é acusado de ter desviado cerca de seis mil contos daquela autarquia em proveito próprio, pondo-se em fuga após descoberta a burla; os dirigentes locais do PSD procuram «abafar» o caso. Segundo a Anop, a Polícia Judiciária está a investigar as actividades desenvolvidas em território português por elementos do auto-designado movimento de «Resistência Nacional Moçambicana». Duzentos e sessenta oficiais israelitas assinam uma petição exigindo a demissão do ministro da Defesa, Ariel Sharon, devido à quebra de confiança entre ele e o alto comando. O governo espanhol é acusado de «passividade face aos militares conspiradores» que preparavam um golpe de Estado para a véspera das eleições de 28 deste mês.

Editorial

CONVERGIR NAS IDEIAS E NA ACÇÃO DEVER DE TODOS OS DEMOCRATAS

Ver a árvore e não ver a floresta é, em termos da situação política e no momento presente, dar mostras de uma grande miopia.

No caso da situação portuguesa actual, a miopia política, que impede uma visão realista dos factos e paralisa a Iniciativa, é susceptível dos mais sérios riscos para o regime democrático.

Na conjuntura portuguesa actual a «árvore» é a revisão constitucional da Constituição, a «floresta» o plano subversivo da Aliança reacçãoária contra a democracia e o 25 de Abril em que a primeira está inserida.

Certos democratas e comprovados patriotas, alguns ocupando mesmo cargos de responsabilidade no aparelho de Estado, tendem a minimizar os perigos resultantes da entrada em vigor da lei de revisão já promulgada pelo Presidente da República e das leis complementares agendadas para discussão na AR, ao mesmo tempo que atribuem ao PCP uma visão alarmista das alterações de fundo introduzidas no texto constitucional. É uma tendência insensata e um erro de apreciação perigoso.

É evidente que há uma certa concordância de princípio entre as forças democráticas quanto ao mau carácter da revisão da Constituição saída do escandaloso conluio antidemocrático de Mário Soares e do seu grupo à frente do PS com a «AD» — não há a mesma concordância quanto ao significado mais vasto e aos perigos e consequências previsíveis das alterações constitucionais já operadas e em projecto.

Esta discrepância de fundo decorrem linhas de acção não convergentes que enfraquecem a luta comum e atrasam as decisões políticas fundamentais.

Um exame atento da situação actual mostra que nada é estanque na conjuntura política, económica e social do País na hora actual e na luta do Povo português por uma vida melhor.

Há uma crise generalizada e numerosas frentes de luta de amplitude e formas diferenciadas mas cuja interligação se impõe nas concepções e na prática.

A importante batalha política por autarquias democráticas ao serviço das populações, que vai travar-se nas eleições de 12 de Dezembro para os órgãos de Poder Local, é inseparável da luta pela defesa das nacionalizações, da Reforma Agrária, dos direitos e liberdades dos trabalhadores e do povo; da luta pelas reivindicações imediatas da classe operária e dos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes e por uma saída democrática para a crise económica que estrangula o País; da luta pelos direitos e pela dignificação da mulher, pelo direito ao ensino, ao trabalho e à cultura da juventude; da luta pela Paz.

Estas e outras frentes de luta são inseparáveis da luta política central para correr com a «AD» da área do Poder e por uma alternativa democrática de política e de Governo, a qual implica uma luta intransigente e aturada contra o plano subversivo da coligação reacçãoária governante associada ao imperialismo.

É nesta luta central que convergem e se unificam as diversas frentes de combate contra a ofensiva reacçãoária, é nela que deverá desembocar a torrente poderosa do movimento operário, popular e democrático de massas na sua expressão mais vasta para uma necessária viragem democrática na situação nacional.

O Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, perguntava há dias que mais era preciso para demitir o Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral, para dissolver a Assembleia da República, constituir um governo de gestão idónea, convocar eleições antecipadas nos prazos constitucionais.

Nacional

Comemorações do 5 de Outubro no Porto

Realizou-se no passado dia 5 uma romagem ao cemitério do Prado do Repouso, promovida pela APU, em que participaram muitas centenas de democratas. De assinalar entre outras, as presenças de Rui Luís Gomes, José Morgado, Virgínia Moura, Oscar Lopes, Macedo Varela, Artur Sentieiro, Raul de Castro e Helena Medina.

Junto ao monumento aos mortos de 31 de Janeiro, intervieram Virgínia Moura e Macedo Varela que depois, com os democratas presentes, se deslocaram em romagem aos túmulos dos conhecidos antifascistas, António Luís Gomes e António Lobo Vital.

Um grupo de democratas deslocou-se também ao cemitério de Agramonte prestando ali homenagem aos antifascistas cor. Helder Ribeiro, Carlos Cal Brandão, Armando Veiga Pires e Orlando Juncal.

Cerca das 13 horas, teve lugar o almoço comemorativo do 5 de Outubro, onde participaram muitas centenas de democratas que encheram o pavilhão do Académico.

Na ocasião, Raul de Castro lembrou que «durante o fascismo nunca ninguém viu, nas comemorações do 5 de Outubro, enfrentando a Pide e a Polícia de Choque, o dr. Balsemão e o dr. Freitas do Amaral. E mesmo agora, depois do 25 de Abril, não consta que a «AD» se tenha interessado em promover alguma romagem ou em comemorar o 5 de Outubro.» (...)

Raul de Castro acusou ainda o PS, que «ao aliar-se com a «AD», tem dividido as forças democráticas e servido de muleta à «AD».

Artur Sentieiro, independente desde que em 1977 se demitiu da UEDS, falou por seu turno na grave situação económica do país, sublinhando que quando dentro de dias for tomado público o Relatório do Banco de Portugal, «todos nós teremos oportunidade de tomarmos conhecimento da extensão do sinistro a que nos levou este desastro e incompetente Governo da «AD».

«E esta é uma questão que ultrapassa o simples jogo partidário. Esta é uma questão que ultrapassa o simples jogo partidário. Esta é uma questão de sobrevivência nacional» — afirmou, acrescentando que «face ao actual quadro partidário em que as alternativas confinam à «AD», ao PS e à APU não parece restar dúvidas a ninguém que a única forma honesta de participação para quem se reclama da democracia e do socialismo é na APU.»

A unidade dos democratas para derrubar a «AD»

Os perigos que atravessa a democracia portuguesa foram por sua vez salientados por Edgar Correia, que a dado passo disse:

«A «AD» pretende já sem máscara governamentalizar, partidarizar e conquistar o completo controlo e comando das Forças Armadas, substituir chefias, reconstituir uma hierarquia militar fascista ou fascizante, que apoie docilmente a sua política antidemocrática e antipovo e sustente a repressão contra o Povo português. Segundo a proposta da lei da Defesa Nacional, o ministro da Defesa e chefe de fila da contra-revolução, Freitas do Amaral, concentra em si todos os principais poderes na área militar. E quem propõem todos os Chefes de Estado-Maior, dele dependem todos os chefes militares a começar pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas considerado o seu principal «conselheiro militar», dele dependem o Instituto de Defesa Nacional e a administração das Forças Armadas.»

Após salientar como através da revisão constitucional e da legislação complementar prevista a «AD» fica, graças ao apoio do PS, com o seu campo de acção substancialmente alargado para poder levar a cabo a sua política antipovo e antinacional, Edgar Correia fez notar

De facto, a entrada em vigor da lei de revisão Inconstitucional da Constituição e a possível promulgação das «leis complementares» para a criação do Conselho Superior de Defesa Nacional e do Tribunal Constitucional, representarão um passo extremamente perigoso no avanço da contra-revolução em Portugal, um passo que é imperioso travar.

O plano subversivo da «AD» tem um calendário. Freitas do Amaral, cada vez mais no comando das operações, desenvolveu com toda a clareza e descaramento o «timing» da contra-revolução.

O conteúdo das chamadas leis complementares é já conhecido; tudo aponta para um novo funcionamento do grupo parlamentar do PS em apoio dos objectivos golpistas da «AD», indistigáveis no articulado das leis complementares; o alcance destas leis nas alterações de fundo no sistema de poderes ultrapassa todas as expectativas.

A lei da Defesa Nacional colocaria as Forças Armadas sob a inteira dependência e comando de Freitas do Amaral. No texto do projecto de lei do Governo a humilhante redução do próprio CEMGFA a um papel de impedido de Freitas do Amaral não é uma simples caricatura.

É uma inqualificável hipocrisia do PS/Mário Soares pela boca de Walter Rosa, vir dizer, que se demarcará da «AD» na discussão parlamentar da lei da Defesa quando se sabe que o projecto foi previamente discutido entre a «AD» e o PS e que, nas declarações de Freitas do Amaral foi afirmado que a «AD» aceitou as principais propostas do PS, aliás suficientemente conhecidas no célebre projecto de lei de Jaime Gama.

Por outro lado, o Tribunal Constitucional aparece no projecto de lei da «AD» com uma composição que lhe dará sempre a maioria nas decisões.

E as decisões inconstitucionais já estão na forja; Balsemão vai enviar para a Assembleia da República os projectos de leis de delimitação dos sectores; da Reforma Agrária e do arrendamento rural, exigidas pela CAP; do trabalho — nestas, a lei da prática supressão do direito à greve exigida pela CIP.

Balsemão anunciou em Nova Iorque, aos governantes e banqueiros americanos, a privatização da banca, dos seguros, dos cimentos e das empresas mais rentáveis do sector público e nacionalizado, prometendo novas facilidades às inversões de capital estrangeiro em Portugal.

Medidas de carácter repressivo e atentatório das liberdades dos cidadãos foram tomadas no âmbito do MAI pelo ministro das polícias Angelo Correia.

Aqueles que necliamente atribuem ao PCP uma visão alarmista dos projectos da «AD» fariam bem debruçar-se sobre a natureza de tais projectos e medidas e sobre a natureza fascista e fascizante das personalidades envolvidas na articulação do golpe.

Entretanto o plano subversivo da «AD» prossegue, a contra-revolução avança na proporção inversa da força e do apoio social e político da coligação governante. É um plano condenado à derrota.

O golpe subversivo da reacção assenta numa base instável; a crise económica aprofunda-se e atinge níveis de desastre; a política social do Governo e da «AD» pesa duramente sobre as classes trabalhadoras e as classes e camadas médias da população, a Independência nacional e a segurança dos portugueses são cada vez mais colocadas sob a dependência do imperialismo e da NATO, um crescente abismo se rasga entre os governantes e o Povo português, entre os interesses de grupo, personificados nos governantes da «AD», e os interesses nacionais.

Condições objectivas excepcionais favorecem e impelem à luta pela expulsão da «AD» do Poder, pela criação de condições prévias necessárias para a solução da crise.

Estão ao alcance da APU na cidade do Porto alguns objectivos importantíssimos: derrotar a «AD», retirando-lhe a maioria absoluta; aumentar substancialmente a sua expressão eleitoral em número de votos e eleitos; atingir a maioria em várias freguesias da cidade.

«A população do Porto já viu a acção do PS e da «AD» nas autarquias e já começou a ver, em Miragaia e na Se, a diferença do trabalho realizado pela APU onde esta dispõe de maioria.

«A APU, disse, apresenta-se ao eleitorado como a alternativa para um poder local democrático, participado, combativo, capaz de forjar com o povo um futuro melhor para as populações. Mas o reforço da votação e das posições da APU terá também importantes consequências a nível político geral.

«Clima de cordialidade e compreensão mútua» caracterizaram as «extensas conversações» realizadas entre os presidentes da Hungria e de Portugal, conforme é salientado no comunicado conjunto sobre a visita que o Presidente do Conselho Presidencial da República Popular da Hungria efectuou ao nosso país, concluída na tarde do dia 29 de Setembro último, e a quem já fizemos referência na passada semana.

As conversações entre os dois presidentes versaram o «desenvolvimento das relações bilaterais» e incidiram sobre «aspectos da situação internacional», afirma ainda o comunicado no qual Pál Losonczi e Ramalho Eanes «manifestaram satisfação com os resultados da visita que permitiu uma franca troca de pontos de vista sobre os temas abordados».

Os dois presidentes reafirmaram ainda «a utilidade destas visitas para melhor conhecimento e desenvolvimento dos laços de amizade entre os dois países, contribuindo para a paz e a compreensão entre os povos».

No final do comunicado referiu-se que o presidente húngaro «expressou o seu reconhecimento pelas atenções de que foi alvo juntamente com a sua esposa e comitiva» e que o Presidente Ramalho Eanes aceitou «com agrado» o convite que Pál Losonczi lhe dirigiu para visitar novamente a Hungria.

No último dia da sua estada em Portugal, o Presidente do Conselho Presidencial da República Popular da Hungria recebeu uma delegação do PCP chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal e, também, uma delegação do PS, chefiada pelo seu secretário geral.

É o seguinte o programa até ao dia 10 do corrente:

7/10, quinta-feira, 21.30 — Sessão Solene Comemorativa da independência da RDA no Salão Nobre da Escola Superior de Belas-Artes do Porto.

8/10, sexta-feira, 21.30 — Concerto do Quarteto de Cordas de Berlim na Câmara Municipal de Matosinhos; 21.30 — Sessão de Cinema com o filme «Flor de La Fontaine» no Cine-club.

9/10, Sábado, 21.30 — Sessão de Cinema com o filme «Flor de La Fontaine» no Cine-club.

Até 10 de Outubro estarão ainda patentes na Escola Superior de Belas-Artes do Porto duas exposições — uma de gravuras e outra sobre teatro — e uma mostra de livros. Horário das exposições: 11 às 19 horas todos os dias, e também à noite no dia 7.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar Vogt, mestre internacional e campeão da RDA deu uma conferência.

Boa parte do programa já se realizou: assim, no Domingo passado, decorreu a sessão de boas vindas e apresentação de ginastas e conferencistas da RDA. No dia seguinte, depois de um colóquio, à tarde, nas Bio-médicas, com o Dr. Werner Karwatt, director do Sanatório no Sul da RDA, e deputado pelo Partido Democrata, teve lugar, no Pavilhão das Antas, à noite, um sarau de Ginástica. Na terça-feira, às 21.30, várias actividades tiveram lugar: no Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, um concerto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; no Ginásio da Associação Académica de Espinho, um Sarau de Ginástica; no Cineclub, a exibição do filme «As Minhas Meninas». Ontem, também à noite, realizou-se um concerto no Conservatório de Música do Porto pelo Quarteto de Cordas de Berlim; na Casa do Desporto, o xadrezista Lothar

Poder local

«Lisboa precisa de uma Câmara APU»

— sublinha Encontro da DORL do PCP

Promovido pela Direcção de Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP, com o objectivo de debater a preparação das próximas eleições autárquicas, decorreu durante a manhã e tarde do passado dia 5, no Pavilhão dos Desportos, o Encontro Distrital de Lisboa do PCP, que contou com a presença de mais de 4000 participantes e convidados. Integravam a mesa de trabalhos todo o plenário da ORL, os cinco presidentes das Câmaras Municipais de maioria APU no Distrito e o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, que encerraria o Encontro com uma intervenção de que damos extractos noutra local desta edição.

As conclusões do Encontro, aprovadas por unanimidade e aclamação, colheriam estu-
diado aplauso dos mais de quatro

mil militantes comunistas presentes. Antes da sua aprovação ouviram-se 33 intervenções proferidas por eleitos da APU

em diversos órgãos autárquicos do Distrito, cabeças de lista às próximas eleições e membros da DORL, no conjunto desenvolvendo aprofundada análise da situação política, económica e social do maior Distrito do País no âmbito das actividades autárquicas.

O camarada José Casanova, suplente da Comissão Política do CC do PCP e membro da DORL, faria a intervenção inicial, afirmando a determinado passo que «apesar da "AD" ter em seu poder perigosos e poderosos instrumentos, ela vai en-

trar nestas eleições com duas importantes derrotas às costas: a primeira é a própria data das eleições que a "AD" queria que fosse 5 de Dezembro com os objectivos oportunistas e despu-
dorados que já foram justament-
e desmascarados. A segunda é o veto do PR à Lei Eleitoral que a "AD" queria fazer aprovar e da qual se pode dizer que era uma lei feita à medida exacta da "AD" e dos seus métodos golpistas, fraudulentos, manipuladores, vigaristas».

Referiria depois o bom trabalho dos mais de 9000 eleitos da

APU, em particular nas 50 Câmaras e 315 Freguesias onde detém a maioria, saudando todos os comunistas, elementos do MDP/CDE e independentes que o têm levado a cabo. Manifestaria igualmente confiança e optimismo nestas eleições, justificados pelo bom trabalho desenvolvido pela APU nas cinco Câmaras de Distrito onde é maioritária, o qual, confrontado com o trabalho realizado nas restantes dez Câmaras (e onde a "AD" ou o PS dominam) resulta num enorme saldo positivo para a Aliança Povo Unido.

«Hoje é claro para toda a gente — acrescenta — mesmo para os nossos inimigos e adversários, que no Poder Local é a APU que mais problemas resolve, que melhor cumpre as promessas feitas».

Este Encontro teve lugar no seguimento de centenas de reuniões preparatórias de trabalho eleitoral que se realizaram nas Freguesias, Concelhos e nos sectores profissionais de todo o distrito, conforme se sublinha nas Conclusões, o que significa que as dezenas de intervenções nele produzidas são fruto e reflectem esse amplo trabalho realizado e a discussão prévia em que participaram muitos milhares de camaradas.

A urgência da demissão do Governo "AD" que se prepara para levar por diante uma farsa eleitoral, seria particularmente referida no Encontro, e criticada «a acção do Governo Civil de Lisboa que há meses anda em campanha eleitoral distribuindo benesses e a constante presença do presidente da Câmara de Lisboa na televisão e rádio».

Quando ao PS foi considerado que «parte para esta campanha derrotado», pois a sua acção no Distrito caracterizou-se por «demissionismo completo nas Câmaras de maioria "AD" e incompetência e inoperância nas Câ-



mara do próprio PS, e aliança activa com a "AD" contra a APU nos municípios de maioria APU, lesando seriamente os interesses da população».

Entretanto a Aliança Povo Unido, sendo a segunda força política mais votada no distrito, será como sempre foi a única que respeita e cumpre os programas com que se apresenta ao eleitorado.

O Encontro definiu ainda alguns objectivos, a saber: «Aumentar a votação global do Povo Unido dando um contributo fundamental à defesa da democracia; concorrer com listas APU, largamente unitárias e representativas, em todos os órgãos autárquicos do Distrito, isto é, nas 190 Freguesias, nas 15 Assembleias e Câmaras Municipais do Distrito; manter, solidificar e reforçar as cinco Câmaras Municipais e as 49 Freguesias de maioria APU; conquistar mais duas Câmaras Municipais e aumentar o número de Freguesias APU, ganhando mais 20 a 25 Freguesias; aumentar de 17 para 25 ou 30 o

número de órgãos autárquicos com maioria absoluta APU, evitando assim o boicote à acção da APU pela aliança do PS com a "AD" e permitindo desta forma resolver os problemas da população; aumentar consideravelmente o número de eleitos APU em todo o Distrito; retirar a maioria absoluta à "AD" nas Câmaras de Lisboa e Cascais e em Freguesias onde ainda existe

essa maioria». Na capital do País — sublinhou ainda o documento — principal autarquia nacional, três anos de gestão fraudulenta, incompetente e corrupta da "AD", provaram que «Lisboa precisa de trabalho, honestidade e competência, precisa de ver resolvidos os seus graves problemas; Lisboa precisa de uma Câmara APU».

Intervenção de Octávio Pato

Octávio Pato faria a intervenção de encerramento do Encontro Distrital da DORL, onde começaria por fazer uma aprofundada análise da actual situação política, caracterizando-a e sublinhando nomeadamente a urgência de demissão do desgo-
verno da "AD", cuja política está a arrastar o País para um de-
sastre económico e financeiro, sendo seu objectivo a liquidação dos direitos, das conquistas e do regime democrático conquistados com o 25 de Abril.

Referindo-se ao Encontro, afirmaria a dado passo: «(...) As intervenções e o debate aqui realizado é a plena demonstração de que o PCP e com ele as forças que integram a APU cumpriram o mandato do Povo que os elegeu em 1979.

«Os eleitos da APU, com o apoio, e muitas vezes com a participação e o trabalho voluntário do Povo, resolveram muitos problemas locais, procuraram melhorar a situação e as condições de vida das populações.

«Muitas se fez e muito mais se poderia ter feito se o Governo da "AD" não tivesse roubado às autarquias do distrito, com o não cumprimento da LFL, cerca de 16 milhões de contos.

«A APU cumpriu e deve conti-

nuar onde é a força maioritária. A APU é a alternativa democrática e a força necessária onde é necessário derrotar a "AD" ou reforçar as posições da APU.

«A solução dos problemas locais e os objectivos eleitorais nas eleições do próximo dia 12 de Dezembro, não se podem dissociar dos problemas políticos nacionais».

O camarada Octávio Pato analisaria depois com algum detalhe o trabalho realizado pelos eleitos da APU no distrito de Lisboa, nomeadamente em Sintra, Oeiras, Cascais, Torres Vedras, Alenquer, várias Freguesias de Lisboa e a nível do próprio município lisboeta, posto o que prosseguiria afirmando: «(...) Como é sabido, o PCP propôs ao PS a formação de coligações para bater a "AD" onde esta detém a maioria. Com a nossa proposta, a "AD" seria varrida de 45 Câmaras, entre as quais Lisboa e Porto, isto é, a "AD" sofreria uma estrondosa derrota.

«Em termos de população, actualmente, o PS e a APU presidem a municípios com um total de 2945000 habitantes e a "AD" a Câmaras com 6860000. Se a nossa aliança com o PS se concretizasse, as duas forças ficariam com a presidência de

municípios a que corresponderiam 6269000 pessoas, isto é 64% da população do País. A "AD" quedar-se-ia por 3537000 habitantes, ou seja 36%.

«No Distrito de Lisboa isso teria significado derrotar a "AD" em todas as Câmaras onde é maioritária, pois é um facto incontestado que a esmagadora maioria do eleitorado do Distrito vota nas forças democráticas, e especialmente na APU.

«(...) Se o PS tivesse aceitado as nossas propostas, não somente teria mantido as Câmaras onde é maioritária, como iria recuperar algumas das que perdeu em 1979. Ao recusar a nossa proposta, o PS irá perder de novo mais algumas Câmaras e torna-se mais uma vez evidente que, enquanto o PCP e a APU tudo fazem para bater a "AD" e congregar as forças democráticas numa mesma frente de luta, o PS de Mário Soares procura manter, de forma clara ou encoberta, a aliança que realizou com a "AD" em torno da revisão da Constituição. E por isso que não se deve considerar, antes se deve rejeitar inteiramente, quaisquer ideias de apoiar ou votar no PS nas Freguesias ou Concelhos onde o PS ainda é maioritário.

«Não votar na APU, e votar no PS de Mário Soares, mesmo no plano local, significará apoiar os que rejeitam alianças com as forças democráticas mas buscam alianças e acordos com as forças da "AD", com os que pretendem destruir o regime democrático.

«(...) Fazem parte das listas, já parcialmente elaboradas, cerca de 600 jovens e cerca de 1000 mulheres; mais de 1300 independentes, dos quais 600 eram ou são ainda do PS, 5 deles eleitos para órgãos autárquicos, um dos quais é presidente de uma Junta da Freguesia; fazem ainda parte das listas APU 3 membros da UEDS e 2 da UDP».

Octávio Pato abordaria de seguida as possibilidades de aumento de votação da APU nos diversos pontos do Distrito, considerando que «(...) Se conseguirmos mobilizar os 50000 membros do PCP no Distrito, se realizarmos um grande esforço unitário com os nossos amigos do MDP, com os milhares de amigos e aliados independentes, incluindo os que são ou eram do PS, da UDP e outros agrupamentos, a vitória será nossa, a vitória será do PCP e da APU, será uma vitória da Democracia (...)».

Almodôvar Ex-PS na APU

Eleito pelo PS nas eleições anteriores, Carlos Gago, actual presidente da Câmara de Almodôvar, é o cabeça de lista da APU para as próximas eleições naquele órgão do poder local. Carlos Gago, que participa na qualidade de independente, deu a conhecer a sua decisão numa carta aberta à população do concelho de Almodôvar. A comunicação do presidente da Câmara foi lida e divulgada publicamente no Encontro Distrital de Beja, organizado pela APU, e que decorreu anteontem, dia 5, na Casa do Povo daquela vila alentejana.

Candidaturas APU avançam em todo o País

A apresentação de listas de candidatos APU às próximas eleições gerais autárquicas prossegue a bom ritmo; o trabalho da Aliança Povo Unido também avança em todos os seus frutos na base da competência, eficácia e abertura democrática: é a única coligação que concorre em todo o território nacional. Além disso congrega um número de independentes das forças que a integram (PCP e MDP/CDE) sem paralelo no panorama político português: cerca de 50% em termos globais.

Com base nas informações recebidas na nossa Redacção, também divulgamos nesta edição alguns nomes que a APU tem apresentado.

Distrito de Coimbra

Conhecem-se já os cabeças de lista da APU para as Câmaras e Assembleias Municipais de oito Concelhos do Distrito de Coimbra, a saber: Cantanhede

— Emílio Matos, médico (Câmara Municipal) e Arnaldo Carvalho, empregado bancário (Assembleia Municipal); Mira — Álvaro Carvalho (CM) e T. Galo, comerciante (AM); Soure — Jaime Correia, médico, independente (CM) e Pinto Oliveira, professor, independente (AM);

Góis — José Avelino Moreira, médico (CM); Miranda do Corvo — Zola Gonçalves, engenheiro técnico agrário (CM); Oliveira do Hospital — João Dinis, professor (CM); Pampilhosa da Serra — Vaz Teixeira, médico (CM); Penacova — Victor Oliveira, gerente da C. G. de Depósitos (CM) e Artur Amaral, conservador do Registo Civil (AM).

A formação de listas APU continua a desenvolver-se a bom ritmo no distrito de Coimbra, com a perspectiva da concorrência a todos os órgãos autárquicos do Distrito.

Concelho de Soure

Em 28 de Setembro realizou-se em Soure uma reunião de

activistas da APU do Concelho, onde foram eleitos para encabeçar as listas da Câmara e Assembleia Municipal, respectivamente, Jaime Correia (médico cirurgião) e Pinto de Oliveira (professor do Ensino Secundário), ambos independentes; dos restantes nomes de topo nestas listas salientam-se os dois militantes do PCP João Ramos Pereira (professor do Ensino Secundário) e César Redondo (funcionário dos SMS) e Artur Ferreira Pereira (funcionário dos CTT), ambos para a Assembleia Municipal.

Foi realizado na reunião o elevado número de independentes que já aceitaram participação nas listas da APU, o que evidencia a dinâmica de crescimento e

implantação da Aliança Povo Unido no Concelho.

Concelho de Salvaterra de Magos

A APU de Salvaterra de Magos (Distrito de Santarém) acabou de anunciar o seu candidato a Presidente da Câmara Municipal: trata-se de Carlos Leonel da Silva Duarte, independente, agricultor, comandante dos Bombeiros Voluntários de Salvaterra de Magos e provedor da Misericórdia local.

Concelho de Almada

São os seguintes, os cabeças de lista da APU para os órgãos

autárquicos do Concelho: Câmara Municipal — José Martins Vieira, operário, membro do CC do PCP e actual presidente da Câmara; Assembleia Municipal — Artur Neves de Almeida, empregado bancário; Assembleia de Freguesia de Almada — Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, empregada bancária; Assembleia de Freguesia da Caparica — Abraão Gomes Augusto, operário; Assembleia de Freguesia da Costa da Caparica — Francisco Roldão Monteiro, engenheiro técnico; Assembleia de Freguesia da Cova da Piedade — Henrique Carlos Quaresma da Silva, inspector de vendas; Assembleia de Freguesia da Trafaria — Victor Manuel das Neves Lopes, técnico de telecomunicações.

Integram as listas da APU no Concelho de Almada, entre muitos outros, os major Brissos de Carvalho, Carlos Carvalho, membro do Secretariado da CGTP-IR; Romeu Correia, escritor e dramaturgo; Canto e Castro, actor; Maria Rosa Colaço, escritora; António Assunção, actor; Luísa Bastos, artista; João Paquito, atleta olímpico na modalidade de boxe; Joaquim Benite, encenador; Emílio Fernandes, comerciante e Emília Lídia, dirigente sindical.

Concelho de Sintra

Foi já também divulgado o candidato APU à presidência

da Câmara Municipal de Sintra (distrito de Lisboa). Trata-se do camarada Lino Paulo, 34 anos técnico de Investigação Social e actual vereador da Câmara Municipal de Sintra pela APU; é também coordenador dos Serviços Municipais de Habitação do Seixal desde 1977.

Freguesia de Sacavém

Carlos Rodrigues de Sousa, 35 anos, operário electricista, membro da Comissão de Trabalhadores da FIMA e da Comissão Executiva da CT da UNILEVER, é o cabeça de lista da APU aos órgãos autárquicos da Freguesia de Sacavém.

Novo Mercado no Seixal

Foi inaugurado no passado dia 5 de Outubro o novo Mercado Municipal abastecedor do Seixal, que custou à Câmara cerca de 80 000 contos. Na obra participaram sete empresas (projecto, construção civil, espaços envolventes e equipamento) e sofreu algumas prorrogações na conclusão dos trabalhos por problemas inerentes a algumas destas empresas. Está equipado com rede de frio.

Entretanto prosseguem as obras no mercado municipal da Torre da Marinha e será aberto, ainda este mês, concurso público para a construção do mercado municipal de Miratejo.

Colóquio sobre Educação na Amadora

Integrado nas comemorações do 3.º aniversário do município da Amadora, realizou-se a no próximo dia 8, às 21 horas, no edifício municipal, um colóquio sobre Educação que contará com a presença de Rogério Fernandes e Maria de Lurdes Silva; estarão também presentes um vereador da CMA, um representante da Comissão de Pais e um representante dos Conselhos Directivos das Escolas do Concelho.

Artesanato em Moura

Realizou-se de 1 a 4 de Outubro no Jardim da localidade a 1.ª Mini-Feira de Artesanato do Concelho de Moura, a primeira iniciativa do género levada a cabo pela Câmara Municipal em colaboração com a Coordenação Concelhia de Educação de Adultos e o Núcleo de Apoio Regional ao Artesanato.

Nela participaram 23 artesãos com trabalhos das mais variadas matérias-primas, nomeadamente ferro-forgado, buinho, junça, palhinha, tábuas, espadana, corda, peles, cana, lata, folha branca, chapá zincada, raízes de oliveira e laranjeira, osso, verga branca, fios de telefone e arame.

Pretendeu-se com esta iniciativa incentivar e divulgar o trabalho dos artesãos, de modo a dar continuidade a uma das maiores riquezas do nosso Património Cultural e actualmente sob ameaça de extinção.

Novas escolas em Loures

Foi recentemente iniciada a construção da Escola Primária da Quinta da Quintinha, na Póvoa de Santo Adrião, que terá oito salas de aula e uma capacidade para 240 alunos. Está orçada em 15 500 contos e será instalada num terreno amplo, estando prevista a construção de um anfiteatro, campos de jogos e horta pedagógica, tudo enquadrado por extensos espaços verdes.

Foi também iniciada a construção das Escolas Primárias da Portela de Sacavém e da Quinta Nova/EDEC, igualmente com oito salas cada e orçadas em 40 000 contos. Prevê-se a sua conclusão em Maio próximo.

Iniciativas da APU

Continuam por todo o país os Encontros e os Plenários organizados pela Aliança Povo Unido, com o objectivo de preparar as listas e a campanha eleitoral para as próximas eleições para as autarquias. Outras iniciativas visam apresentar às populações as listas já elaboradas ou os cabeças escolhidos a propor.

Distrito Aveiro

Ovar — No próximo dia 9 de Outubro, no Salão dos Irmãos Unidos, plenário concelhio da APU para preparação das eleições.

Gafanha da Nazaré (Ilhavo) — Às 15 horas, no Ciclo Preparatório, plenário de candidatos e activistas da APU, para discussão das listas e preparação do trabalho eleitoral.

Distrito de Santarém

Tomar — Promovido pela Coordenadora da Aliança Povo Unido do concelho de Tomar realiza-se naquela cidade, no dia 9 de Outubro, às 15 horas, no salão dos bombeiros, o Encontro Concelhio da APU.

Distrito de Lisboa

Santa Iria da Azóia (Loures) — Plenário APU, aberto à população, no dia 9 de Outubro, às 21.30 horas, na Sociedade 1.º de Agosto Santairiense. Após a apresentação das listas eleitorais, realiza-se um espectáculo.

Sacavém — Plenário da APU, aberto à população, no dia 8 de Outubro, às 21.30 horas, no salão do S. G. Sacavenense, para apresentação das listas.

No dia 14, às 21 horas, reunião de todos os candidatos aos órgãos municipais, no Centro de Trabalho de Sacavém do PCP.

Distrito de Setúbal

Palmela — No sábado passado, uma camioneta APU percorreu o concelho. Saíndo às 8 horas da manhã do Largo da Câmara, a camioneta APU transportou 70 eleitos e candidatos do Povo Unido aos órgãos autárquicos de Palmela. O percurso terminou já de noite, depois de uma viagem em que houve a oportunidade de convívio com a população e de apreciar as realizações que a gestão APU realizou no concelho. Um almoço no Pinhal Novo reuniu uma centena de camaradas e amigos.

Distrito de Castelo Branco

Covilhã — No dia 8 realiza-se um Plenário concelhio, na sede do MDP. Os activistas da APU utilizarão as listas de candidaturas à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal da Covilhã.

Tortosendo — No dia 9, Plenário da Aliança Povo Unido, às 17 horas, na sede velha dos "Unidos".

S. Francisco de Assis e S. Jorge da Beira — Plenários da APU nestas duas localidades, realizando-se o primeiro às 10 horas e o segundo às 15 horas.

Carlos Costa no Porto

Esteve no Porto no passado fim-de-semana o camarada Carlos Costa, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, a fim de participar em diversas iniciativas da APU, no distrito, nomeadamente em Gaia, na Maia e em S. Pedro da Cova-Gondomar.

Assim, na manhã de sábado, Carlos Costa participou, em conjunto com dezenas de eleitos e activistas da APU, com o camarada Avelino Gonçalves, suplente do CC e do Executivo da DORP e membros da comissão concelhia e da comissão de Freguesia, num «porta-a-porta» onde foram contactadas dezenas de famílias da zona norte dos bairros mineiros. Sempre recebidos com abertura e sim-

patia e mesmo com várias manifestações de carinho, tiveram oportunidade de falar sobre os problemas que se põem para a próxima batalha eleitoral e mesmo de discutir problemas locais (a questão do Centro Revolucionário Mineiro, por exemplo), postos pelos populares, nomeadamente por simpatizantes socialistas.

Mais tarde, Carlos Costa participou num almoço-convívio, num restaurante da zona, onde falou Constantino Carneiro, da Comissão de Freguesia do PCP de S. Pedro da Cova, que apontou as linhas de trabalho para a vitória da APU na freguesia.

Depois de ter passado pela Maia, onde falou numa festa ai-



Carlos Costa em S. Pedro da Cova

realizada, Carlos Costa esteve no pavilhão do Futebol Clube de Gaia, onde interveio numa festa com mais de mil participantes que assistiram também ao es-

pectáculo de José Viana e Dora Leal «a pata que os pós». No domingo, o dirigente do PCP esteve no festival «Viva a Juventude».

Discursando no Norte, Carlos Costa referiu-se demoradamente às próximas eleições, tendo afirmado nomeadamente:

«Os resultados das eleições autárquicas teriam sempre enorme importância para a resolução dos problemas do povo, para a defesa do Poder Local democrático, para fazer recuar os caciques da "AD" e assegurar maiores possibilidades de intervenção nas autarquias em defesa dos interesses das populações.

«Não substituído as indispensáveis eleições legislativas e sendo influenciadas por numerosas particularidades e especificidades locais, terão um peso grande no desenvolvimento da situação política portuguesa a curto prazo. (...) «Conservar a maioria APU nas Câmaras e Juntas, obter mais presidências APU, reforçar o número de votos e mandatos em toda a parte, é uma importante garantia de que não só os interesses das populações serão melhor defendidos mas também de que será o melhor voto para defender com segurança e eficácia a democracia e o Portugal de Abril.

«Em muitos casos as listas APU representam, por si só, a possibilidade de retirar a maioria à AD em autarquias. Não apenas do ponto de vista político, mas também do ponto de vista da aritmética eleitoral, a APU está mais próxima da vitória, a APU é a alternativa à gestão reaccionária e muitas vezes corrupta e ineficaz da "AD".

«Depois de se referir à negatividade do PS em aceitar as propostas de unidade do PCP, Carlos Costa acentuou:

«Nós não fazemos do PS o inimigo principal. O nosso adversário, o adversário do nosso povo, é a reacção e o fascismo, é a "AD", é o grande capital que a "AD" serve e de que é uma expressão política.

«Mas temos encontrado demasiadas vezes a direcção do PS ao lado dos inimigos do nosso povo e do Portugal de Abril, temos visto constantemente rejeitadas as nossas propostas de unidade, cooperação e entendimento.

«Um número crescente de socialistas honestos repudiam esta atitude da direcção do PS. Por isso, não é de estranhar que muitos socialistas façam parte das listas da APU, que em muitas listas o número de homens e mulheres sem partido ou de outros partidos ultrapasse largamente o número de militantes do PCP e do MDP/CDE».

PCP

Festa do Futuro na Marinha Grande foi também jornada de luta

O secretário-geral do Partido Comunista Português, camarada Álvaro Cunhal, deslocou-se no sábado passado à Marinha Grande, onde decorria a Festa do Futuro, e aí pronunciou um importante discurso aplaudido pelas muitas pessoas que encheram as bancadas do pavilhão do Embra. A Festa do Futuro, iniciativa que o camarada Rodrigo, suplente do CC e membro da DORLEI, classificou como o maior acontecimento político e cultural do distrito de Leiria, realizou-se nas instalações daquela colectividade no passado fim-de-semana.

Do vasto programa, destacamos a noite do fado na sexta-feira, as actuações do Rancho Infantil de Figueiras e do cantor José Barata Moura, no sábado, antes do comício, seguindo-se a apresentação da Classe de Ginástica da colectividade «Ordem» e um colóquio sobre as

próximas eleições para as autarquias no qual participaram eleitos do Povo Unido e candidatos. Na noite de sábado houve música rock. E no domingo, para além das actuações de bandas e ranchos, de provas desportivas e de colóquios, a participação de ginastas da República Democrática Alemã foi o ponto alto do dia. Actuaram ainda vários artistas conhecidos: Helena Isabel, Nuno Gomes dos Santos, Carlos Mendes e Pedro Osório. Durante todo o fim-de-semana esteve patente uma exposição política, que incide principalmente nos aspectos respeitantes à política seguida pela APU no concelho da Marinha Grande e das realizações da autarquia, e uma outra interessante exposição sobre astronomia.

A Festa do Futuro, que se realiza pela terceira vez trouxe, como já é tradição, à Marinha

Grande, a participação de outros concelhos do distrito que apresentaram stands com artesanato e produtos regionais variados. Da Nazaré vieram as roupas típicas. Da Marinha Grande os vidros, como não podia deixar de ser. Do Bombarral os produtos vinícolas. Das Caldas as louças. De Óbidos as plantas de cultura. De Leiria os plásticos. De Alcobaca louças e trabalhos em corda. De Porto de Mós as colchas. Do Norte do Distrito os lanifícios e outros produtos têxteis.

A Juventude teve durante a festa uma participação destacada, com vários stands. E um vasto restaurante esteve sempre à disposição dos visitantes.

No sábado, apesar dos chuviscos, muita gente se deslocou ao recinto onde se realizou o comício que foi também uma oportunidade para apresentar publicamente os cabeças de lis-

ta da APU às próximas eleições para as autarquias. No palco, além da presença do camarada Álvaro Cunhal que interveio no final, encontravam-se os camaradas Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, Jaime Félix, suplente do Secretariado do CC, Osvaldo Castro, suplente do CC e membro da DORLEI — e ainda cabeça de lista para a Assembleia Municipal, sendo actualmente presidente da mesma. Estavam presentes ainda o camarada Rodrigo Henriques e José Augusto, suplentes do CC e membros da DORLEI, José Luís, membro da Assembleia Municipal, João Barros Duarte, actual presidente da Câmara, Emílio Rato, cabeça da lista APU para a Câmara Municipal e, ainda, Fernanda Teodósia, candidata independente na lista da APU para a Freguesia de Pinheiro de Leiria.

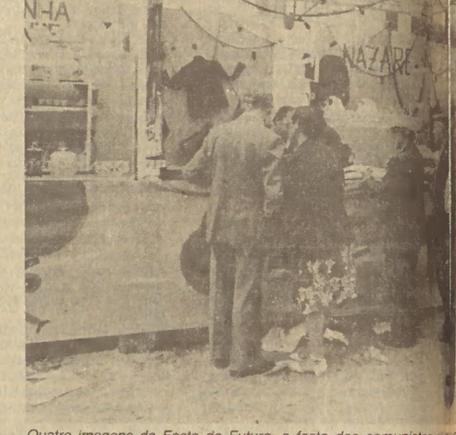
O camarada Vítor Pereira, que dirigiu o comício e apresentou os participantes, agradeceu também em nome da organização do Partido às colectividades, organismos e amigos que contribuíram para a realização da festa.

A intervenção do camarada Rodrigo que abordaria a questão das eleições para as autarquias, não deixou de referir a situação económica e social do concelho que classificou de «extremamente preocupante», acusando a política do Governo «AD» de «desastrosa»:

«Na J.J. Custódio, na Dama-so, na Labal, na Favilda e na Feis, 5 das 7 empresas de produção cristalreira manual», afirmou o camarada Rodrigo, «há salários em atraso, alguns casos já há largos meses. O patronato tem-se mostrado incapaz de resolver os gravíssimos pro-

blemas que se põem à generalidade das empresas do sector cristalreiro. Enquanto isso, o Governo, em vez de tomar as medidas de fundo que se impõem e os trabalhadores reclamam, prefere cortar praticamente os créditos às pequenas e médias empresas, entregando de mão beijada centenas de milhares de contos aos capitalistas Jorge Magalhães e Arnaldo Freitas, enquanto desenvolve manobras no sentido de entregar a Feis, empresa pública, ao capital privado».

O caminho da luta, foi o caminho apontado durante o comício para contrariar as pretensões do Governo e do patronato reaccionário: «É necessário», sublinhou o camarada Rodrigo, «demitir o Governo Balsemão/Freitas do Amaral, para que não haja na Marinha Grande e no distrito de Leiria cada vez mais trabalhadores sem salário!»



Quatro imagens da Festa do Futuro, a festa dos comunistas da Marinha Grande.

Discurso de Álvaro Cunhal na Marinha Grande

1
«AD» para a rua!
— exigência popular e nacional

Camaradas:

A Marinha Grande, terra de heróicas tradições de luta da classe operária, está a sofrer na própria carne as consequências da desastrosa política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo «AD».

A situação dos operários vidreiros e de toda a população agrava-se dia a dia.

Mas os trabalhadores da Marinha Grande, não se dão por vencidos. Dão provas de unidade e determinação. Continuam a luta em defesa dos seus interesses vitais, dos seus postos de trabalho, dos seus salários, dos seus direitos, em defesa da indústria da sua terra, que o mesmo é dizer em defesa da economia nacional, em defesa das liberdades e do regime democrático, em defesa do Portugal de Abril.

Nestas circunstâncias, a realização da «Festa do Futuro» é uma afirmação, a nível do concelho, não apenas do papel do PCP na vida do concelho e na vida nacional, mas também da determinação, da vontade de luta, da confiança dos comunistas, da classe operária e de todo o povo da Marinha Grande em que a «AD» será derrotada, os interesses e direitos dos trabalhadores serão finalmente assegurados, a democracia vencerá e Portugal seguirá o caminho de liberdade, progresso e independência, aberto pelo heróico levantamento militar do MFA em 25 de Abril de 1974.

O próprio nome da Festa indica essa confiança: «Festa do Futuro». Este nome, indica, e indica bem, que, conforme um ensinamento célebre, quaisquer que sejam as dificuldades actuais, os comunistas e, com os comunistas, os trabalhadores, sabem que o futuro lhes pertence.

Alertamos o Povo português para o abismo que para o nosso país representa um défice de 400 milhões de contos da balança comercial, um défice que se aproxima de 200 milhões de contos da balança de transacções correntes, uma dívida externa de cerca de 1000 milhões de contos e juros anuais pagos ao estrangeiro de 100 milhões de contos, quando salientamos que a capacidade utilizada da nossa indústria continua a descer, que as encomendas descem, que os stocks crescem, — estes números e estes dados estarecedores são entretanto em si mesmos insuficientemente claros para milhões de portugueses que não acompanham de perto as questões económicas.

E, entretanto, o desastre torna-se evidente para todos os portugueses e portuguesas por duas razões fundamentais.

A primeira razão é que não há dia nenhum em que o Governo «AD» não tome novas medidas, cada uma das quais é um escândalo, um abuso, uma legalidade e um crime contra o povo, contra o País, contra a economia nacional, contra o regime democrático.

São os golpes brutais nas nacionalizações. São os golpes brutais na Reforma Agrária. São os golpes brutais nas condições de vida do nosso povo. São as decisões ditatoriais impostas pelo abuso do Poder e concretizando verdadeiras ilegalidades.

O Governo dissolve a ANOP sem qualquer lei que o autorize a fazê-lo. Sem qualquer cobertura legal sanciona a criação de uma empresa concessionária dos serviços de informação («Notícias de Portugal») e atribui-lhe 320 000 contos de financiamento ao mesmo tempo que provoca o despedimento de 147 trabalhadores, dos quais 85 jornalistas.

E para levar a cabo esta operação ilegal e provocatória entra nessa matéria em autêntica rebelião institucional contra o Presidente da República a quem caberia precisamente (se o entendesse) promulgar a lei respectiva.

O que nós perguntamos é se para demitir um governo será necessário mais do que isto.

Se será necessário que crimes destes se repitam cada dia, com novas ilegalidades, novos crimes contra a economia, contra o bem-estar do povo, contra as liberdades democráticas, novos escândalos, novas destruições, novos esbanjamentos de bens nacionais, novas benesses aos grandes capitalistas e apauçados.

Se será necessário que a democracia seja completamente destruída e Portugal mergulhado numa crise tão profunda que afecte durante prolongados anos a nossa independência.

A segunda razão pela qual o desastre a que a «AD» conduz o País se torna evidente para a maioria do nosso povo é que o desastre, atinge de tal forma toda a economia e a vida nacional, que qualquer português, para fazer ideia da situação geral do País, nem precisa de conhecer os dados globais. Basta conhecer o que se passa na sua região, no seu local, no sector em que trabalha.

Aqui na Marinha Grande os efeitos desastrosos da política do Governo «AD» não estão apenas à vista de todos. Eles tocam directa e gravemente a vida dos trabalhadores, a vida de toda a população laboriosa.

E cada vez maior o número de empresas paralisadas longos meses e de empresas em que os salários não são pagos. São meses e meses de atraso, sem falar do 13.º mês, dos subsídios de férias, das dívidas aos ex-trabalhadores.

A situação na Damaso Santos, na Favilda, na Ingrid Hutte, na Fernando Ferreira, na FEIS, na Fernando Custódio, na Moleirinho, testemunhando a situação desastrosa da indústria do concelho, são também exemplo da situação desastrosa da indústria nacional.

Aumenta o número de empresas que fecham as portas ou com processos de falência. Outras reduzem ainda mais a capacidade de laboração utilizada.

O Governo cria toda a espécie de dificuldades às empresas nacionalizadas, nega créditos às pequenas e médias empresas. Mas acontecerá isso porventura com o capitalista Jorge Magalhães e sua família? E com o Arnaldo Freitas? Segundo as informações disponíveis, para as empresas em dificuldades não há créditos, para pagar salários não há créditos, para viabilizar empresas não há créditos, mas para anchar a burra aos Magalhães e Freitas, para isso há créditos e vultosos créditos, de centenas de milhões e mesmo de milhares de contos, para que, sobre as dificuldades, as carências, a falta de recursos dos trabalhadores, sobre a ruína da indústria de cristalreira, se possam apossar das empresas, de toda a indústria, de toda a vida económica do concelho.

O PCP, levando a cabo uma extraordinária campanha de esclarecimento e apelando finalmente a votar no único candidato que poderia derrotar o candidato fascista da «AD», contribuiu para que o plano subversivo e golpista de 1980 não fosse realizado. Por isso agora, apesar das justas críticas que fazemos ao facto de o Presidente da República deixar passar o tempo, deixar prosseguir a obra criminosa da «AD», deixar adensarem-se os perigos sem tomar as medidas necessárias para cortar o passo à contra-revolução, creio, camaradas, que ninguém está arrependido de ter engolido «sapos vivos» porque, engolindo sapos vivos, contribuiu para, num momento crucial, salvar a democracia.

Derrotado o plano de 1980, a «AD» elaborou novo plano: o plano subversivo e golpista cujo eixo foi a revisão inconstitucional da Constituição.

A lei da revisão está feita, foi aprovada na Assembleia da República com os votos da «AD» e do «PS», está promulgada e entrará em vigor dentro de um mês.

O nosso Partido tem sido incansável ao indicar os perigos dessa revisão.

Como temos dito, o essencial é a extinção do Conselho da Revolução e a passagem para o Governo e para Assembleia da República das competências militares que actualmente pertencem ao Conselho da Revolução e ao Presidente da República.

O objectivo do Governo «AD» é afastar das Forças Armadas ou neutralizar os militares de Abril e todos os militares democratas, tomar a direcção, o controlo, a gestão e o comando das Forças Armadas, restaurar uma hierarquia fascista ou fascizante, de forma a dispor de um apoio militar para a liquidação de todas as conquistas democráticas (incluindo liberdades e direitos) e a restauração do domínio dos monopólios (ligados ao imperialismo) e dos latifundiários, e de forma a poder utilizar as Forças Armadas para esmagar a resistência popular.

Há tempo ainda para evitar que esse perigo se concretize. Mas é bom que todos tenham a ideia de que, se o Governo «AD» tomar conta desses poderes militares, a democracia portuguesa correrá risco iminente.

E sabido que o nosso Partido tem grande respeito e apreço por aqueles que em 25 de Abril de 1974 tomaram a iniciativa heróica do levantamento militar de que resultou o derrubamento do governo fascista.

Mas não podemos deixar de considerar surpreendente que muitos daqueles que em 25 de Abril, contra a legalidade ditatorial, arriscaram a liberdade e a vida para pôr fim ao fascismo, agora, tendo com eles a Constituição, a legalidade e as liberdades, as instituições e a soberania, tendo possibilidades reais de cortar o passo à contra-revolução, deixam avançar os reaccionários e lhes cedem, uma atrás de outra, posições a partir das quais os fascistas preparam o golpe.

Há medidas constitucionais legais, legítimas, necessárias, indispensáveis e, além do mais, simples, fáceis e que não podem ter qualquer contestação, que detariam por terra o plano golpista da «AD»: a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão e realização de eleições para a Assembleia no prazo de 90 dias.

É necessário insistir para que sejam tomadas. E lutando com determinação e confiança, reforçando a unidade democrática e mobilizando as massas para a luta, elas acabarão por ser tomadas.

de toda a registação militar. Será ele a reformular a organização e disciplina da justiça, o serviço de programação, a gestão e o protocolo das Forças Armadas. E seria ele ainda por cima a realizar todas as dúvidas que surgissem na aplicação da Lei de Defesa Nacional.

Freitas do Amaral, com a sua ambição e gula, desvendando o essencial do projecto golpista.

Salazar, para tomar conta de tudo, começou por tomar conta deste e aquelas finanças. Freitas do Amaral, aparecendo com certas poses e maneiras de almirante sem como um «führer», parece querer tomar conta de tudo, começando por tomar conta das Forças Armadas.

Há uma coisa entretanto que Freitas do Amaral e a «AD» não podem conjuntamente ignorar.

Que nós não vivemos em 1926, nem em 1933, mas em 1982. Que o nosso povo tem a dura experiência do fascismo e, porque não queremos voltar a ele, insiste em que «fascismo nunca mais». Que a maioria do nosso povo já percebeu o que é a «AD» e está desejosa de se ver livre dela. Que a classe operária está fortemente organizada, unida, disposta a lutar e contando com um grande e experiente Partido inseparavelmente ligado ao povo e à Pátria: o Partido Comunista Português.

2
O desastre nacional à vista em toda a parte

Quando o nosso Partido apresenta ao Povo português o desastre económico para o qual o Governo «AD» conduz Portugal, — quando

3
O golpe em andamento

O nosso Partido, e com o nosso Partido a classe operária e largas massas populares, temos travado uma continuada batalha para pôr termo à política antipopular, antidemocrática e antinacional da «AD» e para evitar a realização do seu plano subversivo e golpista cujo fim é a destruição do regime democrático.

O primeiro grande plano da «AD» desenvolveu-se em 1980. E só foi derrotado porque, nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro, quando a «AD» (também nessa altura com a ajuda de Mário Soares, que retirou o apoio ao general Eanes e prodigalizou atestado de democrata ao general fascista Soares Carneiro), quando a «AD», julgando ter já segura a eleição do seu candidato, sofreu uma derrota estrondosa com a eleição do general Eanes.

4
A Lei de Defesa Nacional instrumento do plano

A Lei da Revisão foi publicada anteontem, 30 de Setembro, no «Diário da República». Só entrará em vigor a 30 de Outubro.

Portanto nada deveria poder fazer-se ao abrigo dessa lei antes da sua entrada em vigor.

Mas os autores conluídos nesta revisão inconstitucional (a «AD» e o PS/Mário Soares) estabeleceram num absurdo jurídico e político: que, mesmo antes da entrada em vigor da Lei da Revisão, poderão ser elaboradas e aprovadas na Assembleia da República ao abrigo das disposições dessa lei outras leis fundamentais como a da Defesa Nacional e do Tribunal Constitucional!

E que leis serão essas?

A quem servem? A que se destinam?

Como o PCP tem repetidas vezes advertido, essas novas leis têm como objectivo pôr nas mãos da «AD» novos e poderosos instrumentos para o golpe de Estado em preparação.

A proposta de Lei de Defesa Nacional põe inteiramente a nu o plano da «AD».

Se o senhor Freitas do Amaral ministro da Defesa, que poderes lhe daria essa lei (de cuja proposta ele é autor) se fosse aprovada?

Seria ele a indicar os Chefes de Estado-Maior (CEMGFA, CEMFA, CEME, CEMA), que discriminariamente e sem apoio nomeariam e exonerariam oficiais para os postos de comando. Seria ele a presidir ao Conselho dos Chefes de Estado-Maior. Seria ele a dirigir efectivamente o Instituto de Defesa Nacional. Seria ele a definir «o conceito estratégico de defesa nacional», incluindo, à maneira fascista, como é de prever, os «inimigos internos». Seria ele a determinar a revogação

5
O Tribunal Constitucional e novas leis inconstitucionais

Quanto à Lei relativa ao Tribunal Constitucional sabe-se que é fundamental.

O Tribunal Constitucional será constituído por 13 membros, serão designados pela Assembleia da República por maioria de dois terços. Esses 10 escolherão os restantes 3.

É fácil de ver que, com a actual composição da Assembleia da República, a «AD» estará em condições (sobretudo contando já com a complicidade de Mário Soares e do seu grupo) de determinar o essencial da composição do Tribunal Constitucional.

Isto é, se continuasse a situação actual (maioria «AD» na Assembleia da República), a «AD» poderia fazer as leis que entendesse mesmo violando aberta e grosseiramente a Constituição (já depois de revista) e teria a garantia de que o Tribunal Constitucional, o Tribunal Constitucional, formado maioritariamente por gente sua, não lhe abalaria as leis aprovadas pela «AD» na Assembleia, por muito inconstitucionais que fossem, seriam sempre consideradas constitucionais.

Esta questão não é de somenos importância.

A «AD» anuncia desde já novas leis para por em causa as condições fundamentais da Revolução portuguesa que são parte integrante do regime democrático tal como é definido na Constituição, mesmo depois de aprovada, promulgada e em vigor a celeridade e prontidão da Lei da Revisão «AD»/PS.

A «AD» anuncia desde já novas leis contra as nacionalizações (de «delimitação dos sectores»), contra a Reforma Agrária, contra os direitos dos rendeiros, contra os direitos dos povos aos baldios, contra as liberdades e liberdades fundamentais dos trabalhadores (cessação colectiva, despedimentos, férias e ausências, direito à greve, associação sindical, etc.).

É toda a subversão e destruição do regime democrático que a «AD» prepara (com a complicidade do PS/M. Soares como executor) referindo dando-lhe uma aparência legal.

No que respeita à Reforma Agrária, as medidas ilegais violam os direitos de máquinas e gados, leilões e concursos de terras, direitos de Previdência, falsas distribuições) não deixam qualquer dúvida de que o plano do Governo com a «nova Lei da Reforma Agrária» (violando o texto da Constituição, mesmo após a revisão) é destruir completamente as UCP's/Cooperativas, destruir completamente a Reforma Agrária, restaurar completamente os latifúndios.

E no que respeita às nacionalizações as decisões e declarações do Governo não deixam também dúvidas de que pretende liquidar as áreas autónomas (transportes para as Ilhas, mercado internacional do sector das oficinas) e o alinhamento para as autarquias de responsabilidades financeiras da CP!

E Freitas do Amaral (20.9.82) em linguagem descomposta diz: «o sector público não é a vaca sagrada da Índia em que ninguém pode tocar».

As intenções do Governo são, pois, claras. Mas as coisas não serão tão fáceis como fascistas e reaccionários cuidam.

Os trabalhadores estão decididos a lutar em defesa das conquistas democráticas e a luta continuará até correr com a «AD» Poder a fim de assegurar o prosseguimento do Portugal de Abril.

E quanto a vacas, é bem certo que a Constituição (apesar de revista pela «AD») não permite que a «AD» toque nas nacionalizações

Montijo e Alcochete tiveram Festa Povo Unido

• Intervenção de Álvaro Cunhal no sábado no sábado

Os comunistas do Montijo e de Alcochete tiveram a sua festa. Foi no último fim-de-semana, chamou-se Povo Unido e decorreu no Largo da Rodoviária Nacional, mesmo ali, junto ao Tejo, na primeira daquelas vilas.

Uma festa que foi importante mas sobretudo bonita, por várias razões. E uma delas, que qualquer visitante não podia ter deixado de sentir foi exactamente o espírito que animou os promotores da iniciativa, expresso aliás no lema - Povo Unido - que deram à própria Festa - a unidade. E isso foi correspondido. O povo esteve lá, em número de muitos milhares. Estiveram comunistas, amigos do Partido e muitos outros democratas com e sem partido.

Estiveram lá e certamente gostaram e sentiram-se bem. Tinham muito por onde ver e escolher. Dos espectáculos às exposições, dos colóquios ao cinema, do «rock» à música popular,

de tudo um pouco o programa tinha para oferecer.

Um programa que teve início às 20 horas de sexta-feira, com o izar da bandeira a que esteve presente o camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, prolongou-se durante o dia, no sábado, encerrando no final de domingo com um grande espectáculo onde actuaram Carlos do Carmo, Rogério Paulo, J. J. Leiria e Toni Sousa.

Mas a alegria, a fraternidade e o convívio não foram exclusivos do palco. Estiveram presentes em cada um dos pavilhões e em todo o conjunto da Festa.

Uma Festa de que guardámos a impressão ter em si qualquer coisa mais que o simples «ter corrido bem». Sentimos que na festa o que estava de pé tinha sido erguido não apenas com o cuidado natural que os comunistas habitualmente põem nas suas coisas. Havia

qualquer coisa mais que indicava um carinho particular... Sentia-se a organização, o retoque, a limpeza, o esforço pela perfeição.

No sábado, o camarada Álvaro Cunhal perante alguns milhares de pessoas proferiu um discurso, vibrante e frequentemente aplaudido, que assinalou um momento alto e belo da festa.

Na sua intervenção, pronunciada de improviso, o secretário-geral do PCP abordou os principais problemas da actualidade política, manifestando a convicção de que com confiança, espírito combativo e determinação, as dificuldades actuais serão superadas.

Uma festa que já é, conforme referiu o camarada que fez a apresentação do comício, a «maior manifestação política e cultural dos dois concelhos».

Enraizou-se nas populações e, por isso, vai continuar. Até para o ano...



No Montijo, houve tempo e espaço para as actuações dos artistas de todas as idades



Álvaro Cunhal na Festa do Povo Unido



que portanto, constitucionalmente, as nacionalizações são tão «sa-gradas» como as «vacas da Índia» citadas por Freitas do Amaral.

«É também bom que a «AD» saiba que os trabalhadores não são uma vaca leiteira da «AD» a quem a «AD» dê meia ração e queira tirar 40 litros de leite.

O Tribunal Constitucional teria como missão, cobrir com o seu parecer favorável, estas novas inconstitucionalidades e ilegalidades, destes novos crimes contra o regime democrático que a «AD» prepara, no quadro do seu plano subversivo e golpista.

E neste sentido, alguns espertalhões avançam à boca pequena de forma a chegar ao PCP uma ideia genial: meter um comunista no Tribunal Constitucional.

Nessas condições quem poderia pôr em dúvida o carácter «plurista» e a «imparcialidade» do Tribunal?

É necessário desde já dizer a esses espertalhões e perante o nosso povo que tal operação não resultará.

Um comunista seria um voto contra 12. Tudo passaria à mesma. E a reacção conseguiria assim comprometer o PCP na instituição desse absurdo, antidemocrático e golpista Tribunal Constitucional.

O PCP tem suficiente experiência para não cair em tais armadilhas, que aliás não passam de fracas armadilhas para apanhar pássaros.

Para que o PCP pudesse participar num Tribunal Constitucional seria necessário que este, pela sua composição e natureza, fosse bem diferente do dócil instrumento do Governo que o vergonhoso acordo «AD» PS quer pôr de pé.

6 Lutar contra a «AD», o inimigo; desmascarar seus aliados

Uma nota emitida há poucos dias pelo gabinete do secretário-geral do PS, explicando a aceitação de um debate na televisão, afirma que o PCP fez recentemente uma «viragem estratégica» estabelecendo luta preferencial contra os socialistas.

Qualquer pessoa sabe que estas afirmações são ridiculamente fantasiosas e caluniosas.

Na luta contra a «AD» e na apreciação da acção da direcção do PS, não houve no PCP qualquer «viragem» nem «estratégica» nem «táctica».

O grande inimigo do povo, da democracia, do Portugal de Abril, é a «AD», é a coligação de partidos reacçãoários que hoje detém o Governo e a maioria na Assembleia da República.

Quem o afirma e quem mostra na prática coerência com tal afirmação não é, como o País presencia, o PS dirigido pelo seu secretário-geral, mas o Partido Comunista Português.

O PCP tem sido o único dos grandes partidos a desmascarar esse inimigo - a AD - e a organizar a luta contra ele.

Em todos os aspectos da sua acção. Em todos os sectores da vida económica, social, política, cultural e internacional. Em todos os momentos, infatigavelmente, sem descanso.

Precisamente o que nos combatemos no secretário-geral e outros dirigentes do PS é o facto de, em vez de lutarem contra a «AD», se aliarem a ela, contra os trabalhadores e contra as conquistas da Revolução. Se aliarem à «AD» na actividade sindical apoiando em conjunto esse grupo de divisionistas e provocadores que é a UGT. Se aliarem à «AD» nas autarquias (como numerosos factos têm mostrado e continuam mostrando). Se aliarem à «AD» na Lei da Revisão da Constituição, instrumento do golpe que a «AD» prepara contra o regime democrático.

O PS, com uma política democrática, teria um importante papel na continuação da democracia portuguesa.

Nos sempre considerámos o PS um partido democrático, pela opinião democrática dos seus membros e eleitores.

Nos sempre lutámos e continuamos lutando pela unidade de todos os democratas, designadamente de comunistas e socialistas.

Por isso mesmo desmascaramos a política de aliança com a reacção, com a «AD», de M. Soares e outros dirigentes do PS, que têm lançado sistematicamente, nos momentos difíceis, a bóia de salvação aos partidos reacçãoários.

Por isso afirmamos que o PS, colaboracionista com a «AD», não constitui qualquer alternativa embora os dirigentes do PS continuem a apresentar-se como se pudessem sê-lo.

7 PS - a falsa alternativa

Actualmente, o PS, sob a direcção de Mário Soares, não é alternativa a coisa alguma, quer pela sua política de aliança à reacção, quer pelo seu descalabro de direcção e organização, quer pela perda em velocidade da sua base de apoio.

No plano de direcção, vemos uma sucessão de conflitos e divisões na direcção, de acusações recíprocas entre dirigentes, de métodos autoritários e totalitários pelo secretário-geral para impor as suas opiniões na impossibilidade de convencer o seu partido por métodos democráticos, e de um conflito tão agudo e divergências tão sérias em questões capitais (como a da revisão da Constituição) que, no Grupo Parlamentar do PS, 34 deputados do PS, votando a Lei da Revisão,

declararam fazê-lo por disciplina mas discordando da Lei e advertindo dos seus perigos para o regime democrático.

No plano orgânico, o que mais vemos por todo o lado é gente a sair do PS, são membros do PS a pedirem a demissão, são sedes do PS encerradas, é o prático desaparecimento das organizações do PS em numerosos locais de trabalho.

É certo que, segundo informação oficial, o dr. Mário Soares enviara brevemente uma circular aos militantes ordenando a cada um que recrite mais três.

É certo que, completando tão entusiasmante directiva, o sr. António Campos (da Direcção do PS) declara: «Só nos últimos três meses emitimos mais cartões do PS do que nos restantes oito anos da nossa existência legal».

Fantástico! camaradas. É de fazer inveja ao Totobola.

Lamentamos não saber se, no exemplo das ofertas grátis que dão certos comerciantes, de serviços de louça, a quem venda outros três, a Direcção do PS oferece a inscrição grátis e isenta de quota no PS a quem arranje três inscrições pagantibus.

De qualquer forma, útil seria que o dr. Mário Soares, o sr. António Campos e outros dirigentes do PS não tomassem por tontos aqueles que os ouvem.

Em primeiro lugar, porque a contabilidade do PS está de certeza tão fora de data que o dr. Mário Soares, como noutras ocasiões, irá mandar a sua circular a pessoas que há muito saíram do PS. Algumas até se encontram certamente agora no PCP.

Em segundo lugar, multiplicar os efectivos por três significa de duas uma. Ou que os efectivos eram baixíssimos revelando a mentira de tudo o que anteriormente têm dito. Ou que a meta é mera demagogia.

Em terceiro lugar, não vale a pena dramatizar. Isso de emitir nos últimos 3 meses mais cartões do que nos últimos 8 anos mostra desde logo que se trata não de inscrições no PS, mas de impressos fabricados.

O «Portugal Hoje» do PS também anunciou tiragens de 30 000 exemplares. E, segundo declarações oficiais do PS, a distribuição real não passava de 3000 quando foi extinto. Sobras colossais.

Certamente, com os cartões emitidos de que fala o sr. António Campos, sucede coisa semelhante. As sobras de cartões são de certeza aterradoras.

Finalmente e no plano eleitoral, lembramos que, desde o 25 de Abril, o PS tem desido de eleições para eleições.

Para a Assembleia Constituinte em 1975 alcançou 2 145 618 votos (37,9%). Para a Assembleia da República em 1976, 1 886 932 (35%). Para a Assembleia da República em 1979, 1 625 479 (27,5%). Para a Assembleia da República em 1980, juntamente com os outros partidos da FRS, 1 605 138 (27,1%). E de prever que continuará a vir por aí abaixo.

É evidente que, em tais condições, é absurda a pretensão do PS ser alternativa da política da «AD».

8 Condições objectivas para modificações do quadro partidário

A política da «AD» voltou contra a «AD» grande parte daqueles que a apoiavam.

A política da «AD» atingiu profundamente os interesses da grande maioria da população portuguesa.

Não são apenas os trabalhadores a sofrerem as consequências dessa política. São os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais. São os intelectuais e numerosos quadros técnicos. São as mulheres e os jovens. São os reformados, os pensionistas, os deficientes.

O descontentamento, a indignação e a luta de carácter social contra o Governo «AD» envolve praticamente todas as classes e camadas sociais antimonopolistas.

E na luta em defesa dos seus interesses vitais, concretos e imediatos, qual é o responsável, qual é o obstáculo, qual é o inimigo, que as grandes massas da população portuguesa encontram diante de si?

Sempre e invariavelmente, os portugueses e portuguesas que procuram defender os seus interesses vitais encontram pela frente, como responsável da sua situação angustiante, como obstáculo à solução dos seus problemas, como verdadeiro inimigo, a «AD» e o seu Governo.

Não é produto de imaginação (mas de exame de numerosos factos) afirmar-se que a «AD» perdeu grande parte do seu apoio social, político e mesmo eleitoral.

O mesmo sucede com o PS. O panorama que há pouco esboçámos mostra também que o PS, por razões diversas, mas tal como a «AD», perdeu grande parte do seu apoio social, político e eleitoral.

É certo que uma parte daqueles que apoiaram a «AD» e agora se voltam contra ela, assim como uma parte daqueles que apoiaram o PS e hoje se voltam (não contra o PS), mas contra uma orientação do PS de aliança com a «AD», uma parte desses aproximam-se do nosso Partido e vem mesmo até ao nosso Partido, e pela nossa parte tudo faremos para que venham.

Mas consideramos que a muitas centenas de milhares de desencantados com a «AD» e com o PS não se reconhecem actualmente em nenhum partido (incluindo o nosso). Procuram uma expressão política

que não têm. Constituem, como temos afirmado, um vastíssimo campo social e político vazio no plano partidário e susceptível de constituir o suporte de novas formações políticas.

Trata-se de uma análise da situação cuja correcção ninguém foi ainda capaz de desmentir.

Isto significa que as condições objectivas estão maduras para a formação de novos partidos políticos, que podem em certas condições ganhar grande audiência.

A «AD» e o PS assustam-se com tal perspectiva. Nós estamos tranquilos. E estamos tranquilos porque não temos receio da formação de novos partidos. E não temos receio porque estamos seguros de que, ao contrário da «AD» e do PSM, Soares, não se restringe antes se alarga a nova base de apoio.

Porque estamos seguros de que são cada dia mais numerosos os portugueses e portuguesas que reconhecem que o PCP faz uma análise justa da situação, traça uma orientação justa, propõe medidas justas, e na sua acção está sempre com os trabalhadores, com o povo, com as liberdades, com as conquistas de Abril, com o regime democrático, com a independência nacional.

Porque estamos seguros de que são cada dia mais numerosos os portugueses e portuguesas que reconhecem que, para a solução dos problemas nacionais, para a consolidação do regime democrático, para o melhoramento das condições de vida do povo, o PCP é um partido necessário, indispensável e insubstituível.

9 As eleições para as autarquias e a evolução da situação política

Na vida política nacional, o grande acontecimento à vista, já com data marcada (12 de Dezembro) são as eleições para as autarquias.

Trata-se de uma grande batalha política para a qual se devem concentrar esforços e energias.

Mas uma tal batalha não nos deve fazer esquecer as outras batalhas que estão em curso, designadamente aquelas a que a «AD» força o nosso povo, com a continuação da sua política de destruição e com o andamento do plano golpista, em torno da aplicação da Lei da Revisão da Constituição.

Preparando-nos intensamente para as eleições autárquicas, o nosso Partido apela aos trabalhadores, ao Povo português, a todos os democratas e patriotas para que prossigam a luta com os 4 objectivos há muito indicados: a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão e novas eleições para a Assembleia da República.

Para pôr fim à obra de destruição da «AD». Para impedir que continue a degradação das condições de vida do povo. Para garantir as liberdades. Para salvar o regime democrático.

São medidas necessárias e urgentes e, quanto mais tardarem, mais perigosa será a situação.

Aparecem entretanto alguns democratas adiantando a ideia de que tais decisões de fundo deveriam aguardar os resultados das eleições para as autarquias.

Segundo eles, as eleições para as autarquias darão uma indicação da correlação de forças e de quaisquer eventuais importantes modificações da opção política e partidária do eleitorado.

Parece-nos uma apreciação infundamentada.

Qual é de facto a situação no que respeita às Câmaras Municipais? No total de 305 Câmaras Municipais, a «AD» tem a presidência e maioria (absoluta ou relativa) em 192, o PS em 63, a APU em 50.

Dada a divisão administrativa e a distribuição regional e concelhia do eleitorado, mesmo com flutuações no eleitorado suficientes para provocarem uma grande derrota da «AD» em eleições para a Assembleia da República, não se podem esperar alterações espectaculares das maiorias existentes nas Câmaras Municipais.

A «AD» pode conservar a presidência na maioria das Câmaras Municipais, mesmo com uma muito grande perda de votos.

É por isso errado esperar as eleições autárquicas para daí deduzir a correlação de forças partidárias.

As 4 medidas que o PCP propõe alterar completamente o quadro político nacional.

Insistimos infatigavelmente em afirmar (não como uma «cassete», mas porque é uma verdade que ninguém deve esquecer um só momento) que a força principal da reacção no momento actual é ser Governo e ter maioria na Assembleia da República.

As medidas que o PCP propõe fariam desabar o poder da «AD» como um castelo de cartas. E eleições para a Assembleia da República realizadas em condições democráticas culminariam nesse processo com uma estrondosa derrota eleitoral da reacção.

10 Eleições para as autarquias - avante com a APU

Independentemente de outros importantes acontecimentos políticos dos próximos dois meses, temos que desde já trabalhar inteiramente na preparação das eleições autárquicas.

A sua importância será considerável. Para a defesa do Poder Local democrático. Para abrir caminho à solução dos grandes problemas das populações. E também como contribuição para a defesa do regime democrático.

Como é sabido, no mês de Abril, o nosso Partido propôs ao PS o exame conjunto de todas as questões relativas às eleições para as autarquias, com vistas a correr a «AD» de numerosas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia onde actualmente a «AD» está em maioria.

Como é sabido, um acordo do PS com o PCP para esse efeito permitiria derrotar a «AD» em numerosas e importantes cidades a começar pela capital, por Lisboa, onde o Abecassis estaria condenado a derrota certa.

Mas o secretário-geral do PS, ao mesmo tempo que proibia aos seus camaradas os mais simples contactos com o PCP, voltou-se (também no que respeita às autarquias) para entendimentos e alianças com a «AD», mais directamente com o PSD.

E ainda agora se fala nos «consensos» e nos «acordos de cavalheiros» um pouco por toda a parte e especialmente para «derrubar a APU» das Câmaras onde a APU tem maioria, designadamente no Alentejo e distrito de Setúbal.

Com tais alianças, o PS já apanhou algumas ensinadelas. Foi em Évora. Foi em Loures. E noutras sítios. E agora? Agora se repete a operação, arrisca-se a levar novas lições. Porque em todo o lado onde a APU tem maioria, absoluta ou relativa, a perspectiva não é o enfraquecimento dessa maioria, mas o seu reforço.

Aqui, na Marinha Grande, confirma-se ou não que o eleitorado votou bem elegendo a APU para a Câmara?

Segundo as informações de que dispomos, o programa eleitoral foi quase totalmente cumprido.

A comparação entre a situação existente em 1974 e 1982 dá uma mostra do trabalho realizado. O abastecimento de água que cobria apenas 11 localidades com 7 mil habitantes, correspondendo a 23% da população, passou a cobrir 52 localidades com 28 mil habitantes, correspondendo a 90% da população. O lixo, que cobria apenas 11 localidades com 7 mil habitantes passou a cobrir 58 localidades com 31 mil habitantes (100% da população). Os esgotos que cobriam apenas 5 localidades com cerca de 5% da população passaram a cobrir 13 localidades com 30% da população. A electrificação foi reforçada, ampliada e a rede substituída.

Os parques infantis passaram de 2 para 10. Os balneários e sanitários públicos de 2 para 5. Os recintos e campos desportivos de 0 para 4. Os lavadouros de 8 para 20.

E de salientar a instalação de 5 pavilhões para escolas primárias, o equipamento para 35 salas de aula com mobiliário novo, a construção do Polidesportivo de Vieira de Leiria.

O programa eleitoral não foi entretanto totalmente cumprido. E porquê?

Não o foi porque o Governo «AD» não permitiu a desafeção de 80 hectares do pinhal do Casal da Lebre para a Zona Industrial e porque quis impor que a Câmara pagasse ao preço corrente o terreno necessário à construção do Mercado, quando a sua estrita obrigação era ceder o terreno ou aceitar um preço simbólico.

É pois de trabalhar com confiança e que também no concelho da Marinha Grande, a APU - reforçar as suas posições.

Com uma aliança com o PCP, com os democratas, o PS tinha grandes possibilidades de recuperar parte do terreno que tem perdido nas autarquias. Com a política que está seguindo, arrisca-se a perder mais algumas.

O PS, tal como não é alternativa para o Governo «AD», assim também não é alternativa para as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia «AD».

De 1976 para 1979 o PS desceu de 115 Câmaras Municipais, das quais 10 capitais de distrito, para 63 Câmaras das quais apenas 3 capitais de distrito. Com a política que está seguindo a tendência não será para subir mas para descer ainda mais.

E, por muito animo que deem a Mário Soares, não serão os votos que o Partido Socialista Operário Espanhol receber nas eleições em Espanha, que entrarão nas urnas das eleições autárquicas em Portugal.

Quanto ao PCP, quanto à APU, vamos para diante. Não para perder, mas para ganhar.

Vamos com os nossos amigos do MDP. Vamos com os numerosos democratas independentes que se contam já por muitas centenas nas listas elaboradas. Vamos com os numerosos socialistas que por toda a parte figuram desta vez nas listas APU. Vamos com um vasto movimento unitário que, sob a sigla da APU e sob o símbolo da APU (as «três argolinhas» que ilegalmente nos quiseram roubar e que se tornaram o sinal da dedicação aos povos, da seriedade e da competência) caminhará nestas eleições para importantes vitórias.

Os nossos objectivos são claros e precisos: confirmar as Câmaras e Juntas da maioria absoluta APU, reforçar a APU naquelas onde tem maioria relativa; alcançar a maioria em novas Câmaras e Juntas; reforçar por toda a parte as votações e os eleitos APU.

Estamos profundamente convencidos de que estes objectivos serão alcançados.

Para o bem das populações.
Para o bem das liberdades.
Para o bem da democracia.
Viva a «Festa do Futuro»!
Viva a unidade dos trabalhadores e dos democratas!
Viva o PCP!

PCP

Sábado, no Vale do Silêncio

Festa da Liberdade

• Comício com Álvaro Cunhal, às 17 e 30

No próximo sábado, o camarada Álvaro Cunhal participa no comício da Festa da Liberdade, no Vale do Silêncio (Olivais), na cidade de Lisboa. O comício decorrerá a partir das 17 e 30.

A Festa da Liberdade inclui no seu programa diversas actividades culturais e desportivas na parte da manhã; iniciativas especialmente dedicadas aos mais pequenos; e, durante a tarde, as actuações de Samuel, grupo «Horizonte», trio «Vanguarda», grupo coral alentejano da Brandoa e grupo de danças da Madeira. Também serão lidos alguns poemas. Além das bancas e do serviço de bar, estarão patentes exposições sobre a actividade do PCP, as lutas de massas e o trabalho da APU.

Festa da Liberdade, no Vale do Silêncio: um convite para o próximo sábado.

Manhã desportiva

• Atletismo, ciclismo ginástica, xadrez, damas e carros de esferas

Integrada na Festa da Liberdade, que decorrerá nos Olivais, em Lisboa, vai realizar-se no próximo sábado, na zona da festa (Vale do Silêncio), uma **manhã desportiva** com atletismo, ciclismo, carros de esferas, damas, xadrez e ginástica.

A prova de atletismo inicia-se às 10 e 30 e destina-se a todas as categorias e idades superiores a 9 anos. Os concorrentes serão distribuídos pelos seguintes escalões: **infantis** — nascidos em 1969, 70, 71 e 72; **iniciados** — nascidos em 1967 e 68; **juvenis** — nascidos em 1965 e 66; **seniores** — nascidos em 1963 e 64; **veteranos** — nascidos anteriormente a 1940.

Os interessados em

participar na prova e que ainda não se inscreveram podem fazê-lo no CT Vitória, na Avenida da Liberdade, 170, em Lisboa, ou no local da festa, até meia-hora antes do início da corrida.

Haverá medalhas até ao 5.º classificado nos diversos escalões etários (masculinos e femininos). Para a equipa mais numerosa (trata-se de uma iniciativa aberta à participação de colectividades, grupos e associações ou a atletas individuais) está guardada uma bela taça.

Não é só atletismo...

A manhã desportiva da Festa da Liberdade não inclui apenas, como já referimos, o atletismo. Outras modalidades irão

merecer o interesse e a participação de muita gente, a começar pelas camadas mais jovens. E não só...

Além de **ciclismo** — para participar basta ter bicicleta e comparecer no local da festa às 11 horas — haverá demonstrações de **ginástica** às 15 horas. Mas ainda da parte da manhã, as atenções irão também para a competição de **carros de esferas**, os «velozes» carrinhos que continuam a ser, geração após geração, o brinquedo que faz viver a imaginação e o entusiasmo da petizada, particularmente nos bairros onde habita a população mais desfavorecida. «**Constrói já o teu carro de esferas e comparece às 11 horas no Vale do**

Silêncio», aqui fica o convite da Comissão de Desporto do Comité Local de Lisboa (CLL), que promove a manhã desportiva da Festa da Liberdade.

Quem aprecia o jogo das damas e do xadrez tem também um lugar na programação da iniciativa. Os «**torneios**» fessas modalidades da «ginástica mental» iniciam-se às 10 horas, no local da festa.

Embora a participação e o convívio sejam os grandes atractivos desta manhã desportiva, a organização tem também uns prémios para distribuir: «**serão surpresa, mas muito aliciantes**».

E pronto! Até sábado, de manhãzinha, no Vale do Silêncio.



Ensino

A abertura do novo ano escolar

Da intenção à realidade

Oficialmente, abriu ontem o ano lectivo nas escolas preparatórias e secundárias.

A marcação da data, naturalmente da responsabilidade do Ministério da Educação (ME), pôde, a princípio, levar à opinião pública a ideia de que, afinal, no ensino tudo estaria mais ou menos aceite e que, finalmente, em 82/83 as aulas começariam a tempo e horas!

A realidade, contudo, é bem diferente. E, ontem, os professores, os alunos, os encarregados de educação tiveram, na prática, a verdadeira dimensão dessa realidade.

Para já, é necessário distinguir dois aspectos: uma coisa foi a **intenção do Ministério**; outra é a **situação actual dos estabelecimentos de ensino**, que, na sua maioria, têm a preparação do ano lectivo 82/83 numa fase muito atrasada. E não por sua culpa, como veremos adiante.

As escolas que ontem conseguiram abrir as suas portas para o início das aulas, abriram também um leque de contradições e problemas que nos próximos tempos irão afectar directamente a acção de professores e alunos. Foi um abrir de portas com a casa desarrumada... E a culpa, repetimos, não é dos «inquilinos».

casos afastado dezenas de quilómetros.

As «soluções»

E as já bem conhecidas «soluções provisórias» voltam de novo: no ensino primário (que abriu no passado dia 1) é o regime de funcionamento tripo, já considerado medida de emergência e excepção no ano passado (as escolas primárias, boa parte das quais em avançado estado de degradação, são sujeitas a um funcionamento de aulas em três turnos — de manhã até pratica-

a atribuição de verbas para as construções escolares está dependente do Ministério da Educação, do Ministério das Obras Públicas e da Presidência do Conselho. São estas duas últimas «estruturas» governamentais que têm, na verdade, a última palavra a dizer sobre a «falta» do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o referido sector; entretanto, já tem acontecido — em relação a cálculos financeiros e a planos de construções escolares — dizer-se uma coisa no Ministério da Educação e ouvir-se outra exactamente contrária no Ministério das Obras Públicas...

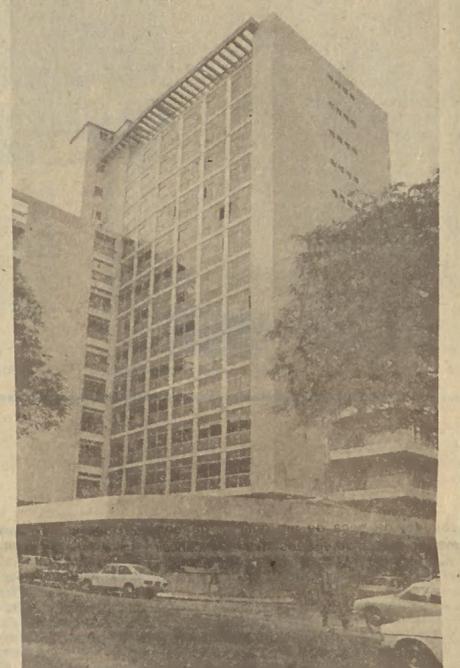
No caso concreto das escolas primárias, o Governo aponta as responsabilidades das autarquias locais na construção de estabelecimentos de ensino, enquanto as autarquias perguntam

Os docentes tinham avisado!

O que se passou ontem foi, ao fim e ao cabo, o resultado dum grave conjunto de problemas, cuja exposição e análise pública já haviam sido divulgadas pelos representantes do professorado, como sucedeu, por exemplo, na conferência de imprensa realizada a 21 de Setembro, pelos sindicatos da Grande Lisboa, Zona Sul, Madeira, Açores, Região Centro e Professores de Português no Estrangeiro.

Os novos responsáveis do Ministério, ao começar pelo seu titular, **Frausto da Silva**, para além das boas intenções (o que, diga-se de passagem, não se notava em Vítor Crespo, o ministro anterior), parecem «descobrir» o grande número de problemas que se acumulam nas escolas do País, fruto, sem dúvida, da gestão caótica que reina desde há anos, no Ministério da Avenida 5 de Outubro.

Não falando já de outras questões, refira-se o caso da **política de construções** e



Ministério da Educação, de Frausto da Silva: nem só de promessas pode viver o ensino

mente à noite — com péssimas consequências para a acção dos professores e a participação da criança; ainda no ensino primário e tam-

pela Lei das Finanças Locais e pelas verbas que o Governo lhes retirou...

A formação de professores

Entretanto, em torno da formação de professores surgiram outros problemas graves.

Depois de ter prometido a rápida entrada em funcionamento de um sistema alternativo para a formação de docentes (estes poderiam optar pelo esquema anterior — dois anos de estágio na formação em exercício/contratos plurianuais — ou pelo novo sistema, que abria a possibilidade de formação a docentes com mais de cinco anos de serviço), o Ministério acabou por negar tal alternativa, mantendo, pois, e unicamente, o esquema anterior. A «falsa promessa»

• **Ensino primário: 850 mil alunos!**
Ensino preparatório: 250 mil!
Ensino secundário: mais de 120 mil!

ção de actividades de vital importância no âmbito da formação global do jovem aluno, a segunda situação, por seu turno, cria graves injustiças aos estudantes afectados no que respeita à formação e aprendizagem: essa injustiça será particularmente sentida, por exemplo, quando o aluno mudar de escola ou de grau de ensino.

Refira-se, por último, ainda em relação à política de construções escolares, que

• **Num novo ano escolar, vem de novo a lume uma velha questão: a carreira docente, o trabalho do professor, o seu «estatuto» no quadro da sociedade portuguesa estão devidamente compreendidos e valorizados? Os milhares de professores que trabalham nos vários graus de ensino conhecem a resposta...**

surgem duas alternativas: ou não frequentam o ano escolar, ou sujeitam-se à deslocação para outro estabelecimento de ensino, em muitos

a situação que se vive actualmente resulta da desorganização e da falta de vontade política dos membros do Governo. Dois exemplos:

acabou por originar uma situação de atraso na preparação do ano lectivo, nomeadamente com a formalização dos destacamentos para o ensino particular, a realização de eleições para os delegados à profissionalização, a organização de novos horários, etc.

Outro exemplo: em relação aos professores primários, atingiu-se a total confusão nas escolas do Magistério. A actual equipa da 5 de Outubro dispôs-se a revogar uma anterior decisão de encerramento das inscrições nas escolas do Magistério, não tendo dado na devida altura as orientações necessárias para a necessária formalização e aplicação dessa medida. Resultado: chegou a acontecer que algumas escolas aceitavam inscrições, enquanto outras as recusavam...

E já que se fala dos professores primários refira-se que no presente ano lectivo a rede escolar vai «funcionar» com a falta de (pelo menos) mil professores!

Juventude

«Viva a Juventude»

Um festival diferente no Porto

• Foram 10 horas de convívio debate, esclarecimento e música

Iniciou-se às 10 horas e só parou cerca das 20. Foram horas seguidas de música, de alegria, de levantamento e discussão de problemas, de criatividade, da expressão do que os nossos jovens fazem e são capazes de fazer.

No final do festival, apeteceu dizer bem alto: «viva a Juventude, a sua alegria, a sua criatividade, a sua generosidade!»

Passaram durante todo o dia de domingo milhares de jovens no pavilhão do Académico. Se a maior parte deles foram só espectadores, muitos foram os que lá estiveram a fazer o festival. Muitos foram os que pegaram na viola, na flauta ou na voz e estiveram no palco: cantaram, tocaram, falaram dos seus problemas das suas freguesias. Fizeram rádio — directamente no pavilhão do Académico, Rádio Juvenil APU. Houve música e entrevistas. Eles montaram as estruturas, decoraram o pavilhão, estiveram no som e na luz.

Como é possível que a «AD» dificulte cada vez mais e mais a esta juventude a possibilidade de viver, de criar?

No festival «Viva a Juventude»

de», numerosas intervenções das comissões juvenis de apoio à APU das várias freguesias caracterizaram em pormenor, a situação criada para os jovens e para a população em geral pela «AD».

No geral, o problema da habitação, o emprego, o ensino, o desporto. E surgiu o exemplo de Rosa Mota, obrigada a pagar a utilização do Estádio do INATEL para os seus treinos. É caso para nos interrogarmos, como ali foi feito: «**Quantos milhares de Rosas Motas temos na nossa cidade que não conseguem singrar por falta de condições para a prática do desporto?**». O património cultural, artístico e histórico da cidade, a cultura, o ambiente e a luta con-

tra a poluição, em particular dos rios — foram alguns dos muitos problemas ali abordados.

Mas sem dúvida momento alto do festival foi o debate aberto com Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC.

Foi de facto um debate aberto e participado desde o problema da revisão constitucional, ao trabalho da APU nas autarquias, até ao problema da droga e da sua resolução. Numerosos problemas relacionados com a situação política actual e com a situação da juventude foram ali colocados franca e abertamente num debate vivo com aquele dirigente do PCP.

No final foram os «UHF» que todos esperavam com entusiasmo. O «Viva a Juventude» foi uma experiência rica, foi uma demonstração viva da capacidade da juventude, foi uma iniciativa aglutinadora de milhares de jovens, uma iniciativa que mobilizou, concretizou, muitos jovens para a batalha eleitoral que se aproxima.

A preparação do Encontro Nacional da JCP

Tal como o «Avante!» divulgou na sua edição da semana passada, vai realizar-se a 7 de Novembro um Encontro Nacional da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), que reunirá centenas de delegados das diferentes regiões do país.

Os principais objectivos do Encontro podem resumir-se assim: «**atualizar as linhas de orientação e definir um programa de trabalho para o imediato**», «**discutir e tomar medidas para o reforço da JCP e da sua ligação à juventude**» e «**preparar a intervenção da JCP na batalha das eleições para as autarquias**».

O trabalho preparatório do Encontro decorre entretanto a nível nacional, num estilo característico dos comunistas: a abertura, a participação, a contribuição das ideias e das propostas de todos os militantes. A preparação do encontro inclui um amplo debate sobre as múltiplas questões levantadas pelos objectivos da iniciativa e tem na

sua base um documento central aprovado pela direcção da JCP.

As ideias e as conclusões que surgem nesta fase preparatória vão enriquecer aquele documento-base, que está organizada em centenas de capítulos: «**mobilizar a juventude na defesa de Abril, na luta pela derrota da AD**», «**unir a juventude na luta pelos seus direitos**», «**uma JCP forte para dar força à juventude**».

Um elemento da Comissão Central da Juventude Comunista dizia-nos recentemente que «os objectivos do Encontro Nacional de 7 de Novembro, necessariamente limitados pela natureza da iniciativa, revestem-se de grande importância no actual momento da vida da organização. O Encontro, aprofundando a orientação definida pelo 1.º Congresso e procurando dar uma resposta objectiva às dificuldades encontradas, constituirá, sem dúvida, um esforço muito importante para a



mobilização e preparação de milhares de jovens face ao período de intensa actividade, em que se destaca, no imediato, a luta de massas pela demissão do Governo AD/Balsemão/Freltas e a grande batalha das eleições para os órgãos do poder local, já em Dezembro».

Organismo da zona centro do distrito de Santarém

Reuniu no passado dia 3 de Outubro, em Alpiçarra, o organismo da zona centro do distrito de Santarém da JCP, estando representados os respectivos concelhos.

Este organismo concluiu que a JCP está a ter um papel importante na actividade que de-

corre em torno das listas APU, no trabalho preparatório da campanha eleitoral e nas Comissões Juvenis de apoio à APU e ao seu trabalho.

Foi realçada a necessidade de elaboração de inquéritos aos jovens, para recolha da sua opinião sobre os problemas e difi-

culdades existentes e os que eles gostariam de ver resolvidos no seu concelho, assim como a importância do voto na APU.

Foi igualmente discutida a preparação do Encontro Nacional de Quadros da JCP a realizar no próximo dia 7 de Novembro.

Domingo

Festa da Paz em Odivelas

No próximo domingo, a Festa da Paz vai animar a freguesia de Odivelas, numa iniciativa de convívio popular organizada pelos comunistas.

Além do comício marcado para as 21 e 30, a Festa da Paz, que decorrerá no Largo D. Dinis, inclui no seu diversificado programa uma manhã infantil com palhaços, mercado da Reforma

Agrária; música popular, canto livre e ranchos folclóricos durante a tarde; bancas, exposições, divertimentos e serviço de bar.

Às 18 e 30, o fado marcará presença. À noite, actuação do conjunto «Trigo Limpo» e Samuel.

A Festa da Paz é promovida pela Comissão de Freguesia de Odivelas do PCP.

Plenário de quadros do concelho de Palmela

Com início às 14 horas, realiza-se no próximo sábado, na Quinta do Anjo, um plenário de quadros do PCP do concelho de Palmela, com a seguinte ordem de trabalhos: **eleições para as autarquias locais e situação política; organização do Partido.**

Participará o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

«Deverão estar presentes fundamentalmente quadros do Partido das várias células, sectores e outros organismos do concelho de Palmela», sublinha a Comissão Concelhia do PCP.

Vialonga

Nas instalações da Casa do Povo, realiza-se no próximo sábado um plenário de militantes comunistas de Vialonga (V. Fráguas de Xira).

Na ordem de trabalhos, as eleições autárquicas que se aproximam rapidamente. Início do plenário: 21 horas.

Festa da Unidade José Vitoriano no Funchal

A Festa da Unidade no Funchal, que em 3 do corrente contou com a presença de José Vitoriano, membro efectivo do Comité Central e vice-Presidente da Assembleia da República, que proferiu um discurso no comício perante cerca de 500 pessoas, decorreu no quadro da unidade que, nas palavras de José Vitoriano, além de ser o «nome mais bonito e mais adequado à festa do momento que vivemos», é realmente «a palavra que melhor traduz os sentimentos e o desejo de todos os democratas conscientes dos perigos que ameaçam a nossa democracia».

A festa do Funchal, que teve música, bancas e petiscos, contou com a participação de Barata Moura e do grupo Posidorme da Camacha. Uma das características mais salientes da iniciativa, que pertence à organização do Partido na Região Autónoma da Madeira, foram os problemas locais inseridos na análise dos principais problemas do País e «nas linhas fundamentais de acção com vista à continuação da luta em defesa do regime democrático gravemente ameaçado pela política da «AD», que tem conduzido o País à ruína e pretende liquidar todas as conquistas de Abril e instaurar uma nova ditadura», como afirmou o camarada José Vitoriano na sua intervenção no comício integrado na festa.

Depois de caracterizar pormenorizadamente os aspectos mais salientes da política do actual Governo e das respostas do nosso Partido a essa política, José Vitoriano sublinhou bem as exigências da unidade, neste período imediatamente anterior às eleições para as autarquias, lembrando os objectivos fundamentais definidos na reunião plenária do Comité Central de 6 e 7 de Setembro findo para essas eleições de 12 de Dezembro. Referindo-se concretamente à Madeira, José Vitoriano lembrou especialmente a orientação definida no IV Encontro Regional da APU nessa Região Autónoma e a decisão de «apresentar listas em todas as Assembleias e Câmaras Municipais e no maior número de Assembleias de freguesia tentando ultrapassar o número de listas apresentadas em 1979».

Primeira pedra na Charneca da Caparica

Anteontem, dia 5, pelas 10 e 30 foi lançada a primeira pedra do edifício do Centro de Trabalho da Charneca da Caparica, no concelho de Almada. A cerimónia foi assinalada por uma intervenção política de Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP. Houve também um almoço, com mais de 100 pessoas e outras intervenções de camaradas da Direcção Regional e da Concelhia, saudando o início dessa velha aspiração dos comunistas e de outros democratas da Charneca da Caparica.

O camarada Joaquim Gomes transmitiu a confiança da direcção do Partido na organização e na concretização do objectivo agora iniciado na Charneca.

O almoço decorreu em casa de um camarada socialista. As jornadas de trabalho vão iniciar-se brevemente. Só em materiais já foram gastos cerca de 1500 contos.

Trabalhadores

12 anos da Inter Reafirmados primeiros objectivos nacionais

Os discursos proferidos nos comícios que assinalaram o 12.º aniversário da CGTP-Intersindical Nacional, no dia 30 e no dia 1 do corrente, em Lisboa e no Porto, insistiram, como não podia deixar de ser, na urgente demissão do Governo 'AD', na dissolução imediata da Assembleia da República e na realização de eleições.

A satisfação das reivindicações pelas quais os trabalhadores recorrem a formas de luta para evitar nomeadamente que a ofensiva contra os seus direitos, liberdades e garantias atinja níveis mais perigosos e a curto

prazo irreversíveis, passa impreterivelmente pelo afastamento deste Governo. Esta exigência é um objectivo nacional.

A definição cada vez mais clara dos contornos da crise económica e dos propósitos políticos da 'AD', agravados com a revisão constitucional, no sentido da entrega acelerada das riquezas nacionais ao grande capital privado, a nova escalada legislativa, designadamente através do pacote laboral para a Função Pública e das ameaças que os trabalhadores, os sindicatos e as outras organizações representativas estão diária-

mente a repelir e que incidem sobretudo nas tentativas para impor o congelamento dos salários, rever a lei da greve, a lei dos despedimentos e outros diplomas que ainda contém alguma matéria favorável aos interesses constitucionais das massas trabalhadoras foram neste 12.º aniversário da grande Central Unitária preocupações centrais e serviram para aumentar a mobilização neste período imediatamente anterior às eleições para as autarquias, como foi assinalado durante as comemorações. Este é também um objectivo nacional as classes trabalhadoras.

Mais participação

A participação de sindicatos não filiados na CGTP-IN nas iniciativas e actividades da Central unitária tem aumentado ultimamente. As greves gerais de 12 Fevereiro e de 11 de Maio, os plênários nacionais e o alcance das decisões que aí têm sido aprovadas, especialmente as que ainda há menos de um mês reivindicaram novos

quantitativos nacionais para os salários mínimos e pensões, não mobilizaram apenas as associações sindicais inscritas na CGTP-IN e as que compõem as suas estruturas intermédias. Os 60 sindicatos que em data ainda relativamente recente eram indicados participantes assíduos nas iniciativas da Inter, embora não estives-

sem filiados na Central, são hoje 72, abrangendo mais de 300 mil trabalhadores.

Aproxima-se assim dos 2 milhões o total dos sindicalizados, que efectivamente participam, através dos seus representantes, no movimento sindical unitário, encabeçado pela CGTP-Intersindical Nacional.

Lutas

• **Lisnave** - No seguimento das acções e lutas desenvolvidas na Lisnave e no sector da indústria naval sob a mira dos Mellos, milhares de trabalhadores manifestaram-se na Cova da Piedade, Cacilhas e Almada, em 29 de Setembro, contra as medidas preconizadas pela administração para aquela empresa e contra o plano geral de domínio do sector por parte do capital privado. O pacote Mello-'AD' para a Lisnave é um assalto a direitos conquistados no campo das condições de trabalho e regalias sociais. Novas formas de luta estão previstas na empresa e no sector, designadamente contra o corte de salários na Lisnave e a ameaça de despedimentos na indústria naval.

• **EDP (Electricidade de Portugal)** - As organizações representativas dos trabalhadores da EDP anunciaram nova paralisação para 14 do corrente. A greve de 24 horas, que coincidirá com a jornada de luta em defesa das nacionalizadas, destina-se "a defender a empresa até às últimas consequências", afirmam as ORTs da EDP.

• **Pescadores** - Até 23 do corrente haverá sessões em todos os portos pesqueiros para discutir as maneiras de combater a escalada do Governo 'AD', que quer integrar a Caixa de Previdência e Abono de Família dos Profissionais da Pesca nos centros regionais de segurança social. Está previsto para 28 do

corrente um plenário de sindicatos.

• **Metalúrgicos** - No prosseguimento da luta pela contratação colectiva (CCTV) foram anunciadas novas paralisações - três horas diárias - para 14, 18, 20 e 22 do corrente. Estão previstas concentrações em Lisboa, Porto, Leiria, Braga e Guimarães. Um dos dias de luta - 14 - coincide com a jornada de luta em defesa das nacionalizadas.

• **CP** - Recentemente paralizada por uma greve decidida por um sindicato paralelo, "formado por iniciativa dos partidos actualmente no Governo" - recorda a Federação sindical do sector - a CP, a concretizar-se o que foi anunciado, será amanhã, dia 8, novamente alvo de uma paralisação, mas desta vez com o objectivo claro de apoiar a luta dos reformados e pensionistas da Companhia, que esperam um aumento das pensões de 21,79 por cento, que a administração da CP se comprometeu a pagar desde 1 de Janeiro do ano corrente.

• **Na Sereia: sobreexploração do trabalho infantil** - Alertando a Inspeção do Trabalho para o facto, a União dos Sindicatos de Setúbal, ao denunciar publicamente o que se passa na Sereia, empresa conserveira do distrito de Setúbal, sublinha que "estavam a trabalhar, empacando latas de conserva, crianças com idades inferiores a 14 anos, algumas de idades bastante inferiores, ganhando por cada lata 30 centavos, o que corresponde, no fim de 5 a 6 horas, a 27\$50 ou 30 escudos". Na sexta-feira



A indústria naval envolve interesses nacionais que os trabalhadores estão dispostos a defender por todos os meios legais incluindo a manifestação de rua que organizaram com êxito em 29 de Setembro, como a imagem documenta, no concelho de Almada

passada, quando a Inspeção do Trabalho acedera finalmente a visitar a empresa, após várias solicitações sem êxito da parte da União dos Sindicatos (USS), as crianças, que deveriam trabalhar até às 18 horas, "receberam ordem para deixar o trabalho pelas 15 e 30. A Sereia tem recebido, segundo a USS, um empréstimo da Secretaria de Estado da População em Emprego, que atinge quase os 50 mil contos - "empréstimo esse condicionado à manutenção dos 174 postos de trabalho, assim como ao pagamento aos trabalhadores dos salários em atraso". No entanto, assinala a USS, a empresa "só labora actualmente com 70 trabalhadores, dos quais 20 estão suspensos há cerca de um

ano, entre eles as delegadas sindicais". Contactado por estas o Ministério do Trabalho, durante uma reunião em Almada, em 24 de Setembro findo, afirmou "que não tinha poderes para fazer aplicar o despacho" da Secretaria de Estado do Emprego (SEPE) relativamente à utilização do empréstimo concedido à Sereia. A USS acrescenta que "as dívidas aos trabalhadores continuam por pagar. E embora estejam a ser amortizadas a 5 contos por mês, não existe garantia nenhuma de futuros pagamentos". A USS garante apoio e solidariedade à resposta adequada da parte dos trabalhadores. Protestando contra as atitudes quer do Ministério quer da Inspeção do Trabalho, a União pergunta nomeadamen-

te se, no caso da Sereia, aquela Inspeção funciona como "Inspeção do Trabalho para proteger o patronato".

• **Nacionalizadas: jornada de luta** - A comissão promotora do 3.º Encontro das ORTs das Empresas Públicas, Nacionalizadas e Participadas, realizado em 11 de Julho findo, de acordo com decisões aprovadas naquele Encontro, convocou para Outubro, em data a marcar, uma jornada de luta, comum a todo o sector nacionalizado, visando a defesa das nacionalizações e dos postos de trabalho contra a política do Governo 'AD'. Entre as acções a desenvolver poderão, conforme os casos, haver greves, paralisações de outro tipo, plênários, manifestações e concentrações.

Terra

Produzir ainda mais e resistir é o lema na Reforma Agrária

"Apesar de combatidos e cercados por todos os lados, apesar de nos roubarem as melhores terras e não nos darem crédito, as nossas UCP's/Cooperativas atingiram produções elevadas e rendimentos muito superiores à média nacional" - uma afirmação de legítimo orgulho, reveladora da superioridade, da capacidade e do esforço dos heróicos obreiros da Reforma Agrária: ao mesmo tempo, um grito de revolta e acusação, a exigir reparação e justiça, com sólidas razões, como adiante se verá.

Quívimo-la em Avis, no último sábado, da boca de um dos mais de 500 delegados das UCP's/Cooperativas, presentes no Encontro das Culturas Outono-Inverno. Um encontro onde se efectuou um balanço do que foi a campanha de 81, onde se traçaram as grandes linhas de acção para a nossa campanha de culturas outonais que se aproxima e onde se apontou claramente um caminho: prosseguir firme e decididamente a luta para correr com a "AD" do Poder.

Como ficou amplamente demonstrado a política agrícola da "AD", a exemplo aliás do que se passa nas restantes áreas da governação, é uma política de ruína e miséria. A agricultura está pior e os trabalhadores e agricultores vivem com mais dificuldades.

A situação na Reforma Agrária, conforme referiu João Saraiva, da UCP "A Luta é de Todos", na sua intervenção de abertura em nome da comissão organizadora, "tende a agravar-se e caminhará, caso a actual política não se altere, para uma possível fase ainda mais difícil".

Ofensiva em várias frentes

Assiste-se à generalização dos leilões de terras da Reforma Agrária, à abertura de novos processos de reservas anteriormente anulados pelo Supremo Tribunal Administrativo, a novas distribuições demagógicas e eleitoralistas de migalhas de terras a muitos falsos agricultores, ao aumento dos processos de execuções fiscais por alegadas dívidas ao Estado, à retenção de dinheiros dos cereais entregues nos armazéns da EPAC. Ora este claro agravamento da ofensiva contra a Reforma Agrária tem reduzido, conforme sublinharam diversos oradores, a capacidade económica e financeira das UCP's/Cooperativas, provocando uma acentuada e justificada retração e até impossibilidade de investimento, a par da progressiva desarticulação de toda a sua estrutura produtiva.

No entanto, apesar dos constantes atropelos à legalidade,

apesar da política de arbitrio e de repressão, apesar da asfixia financeira e dos roubos de terras, gados, máquinas e instalações, apesar disto tudo, a Reforma Agrária está viva e resiste.

E produz. Produz como nenhuma outra empresa agrícola privada, como nenhum agrário é capaz de o fazer. Isso mesmo o disse o camarada António Murteira na sua intervenção e provou-o citando como exemplo o caso da Cooperativa 1.ª de Maio. Uma unidade de produção exemplar que não tem paralelo no nosso país.

No decorrer do Encontro ficou provado que a Reforma Agrária é insubstituível para quem quer ver a agricultura portuguesa sair da crise em que os sucessivos governos de direita a lançaram. Tal como afirma o documento de conclusões aprovado no Encontro, a Reforma Agrária constitui a única alternativa válida para os campos do Alentejo e Ribatejo e para o progresso da agricultura.

A verdade dos números

Os resultados das produções e rendimentos apresentados foram uma eloquente afirmação desta realidade. E foi bonito, para quem teve oportunidade de participar, ouvir os números. Números que nos falam de trabalho e dedicação. Números que, como já referimos, foram superiores à média nacional e ultrapassaram as metas propostas no chamado "Plano de Mudança da Agricultura" do agrário/ministro Basílio Horta.

Vejamos um exemplo: as UCP's/Cooperativas do distrito de Évora, segundo dados apurados a partir de inquéritos rigorosos, tiveram uma produção total de 34 mil toneladas de trigo, aveia e cevada, atingindo no trigo um rendimento médio de 1512 quilos por hectare, na cevada quase mil quilos/ha e na aveia cerca de 1030 quilos/ha.

Foram aliás estes resultados que levaram Rogério Arraiolos, do Secretariado Distrital de Évora a desafiar os agrários a apresentarem os seus rendimentos para, logo a seguir, concluir que a realidade deles é bem diferen-

te: terras abandonadas e por semear. E denunciou as 154 herdades, muitas delas a produzir bem quando estavam nas mãos dos trabalhadores, que hoje se encontram abandonadas ou subaproveitadas, totalizando 112 mil hectares. Terras essas que dariam, "considerando uma rotação de cinco anos - conforme explicou - para produzir mais de 30 mil toneladas de cereais, o que pouparia ao País em importações mais de meio milhão de contos".

Intensificar o uso da terra

O planeamento da próxima campanha de sementeiras, tendo em linha de conta que as UCP's/Cooperativas possuem hoje menos e pior terra, mereceu também a atenção dos trabalhadores e técnicos agrícolas, estando presente na maioria das intervenções proferidas.

Embora as grandes linhas de orientação tivessem sido já estabelecidas em anteriores encontros e conferências, este ano tratava-se de as aprofundar e adaptar às realidades concretas actuais. Nesse sentido foi salientada a necessidade de intensificar o uso da terra de acordo com a sua aptidão, levando em linha de conta no entanto a necessidade de se saber o que se vai semear, em que terras fazê-lo e quais os meios técnicos a que se deve recorrer.

Para a viabilidade económica da cultura a produzir foi também chamada a atenção dado que não se pode avançar para culturas susceptíveis de estarem condenadas ao insucesso, em virtude das enormes dificuldades económicas e financeiras e do crédito estar inacessível.

A vantagem de intensificar a produção forrageira em solos arenosos; a escolha mais adequada do tipo de solo à época de sementeira e ao tempo de permanência da planta no terreno, bem como à escolha da mistura e da percentagem de sementes; uma boa preparação do solo a tempo e horas de forma a que se criem as condições necessárias para um bom desenvolvimento das plantas; uma correcta adubação de acordo com as exigências das culturas e com os dados fornecidos pelas análises do solo, são, entre outros, aspectos da maior importância para o êxito das culturas, apontados pelo Encontro.

Por outro lado, foi reafirmada a importância da produção agropecuária para as UCP's/Cooperativas na medida em que

constitui um baluarte económico fundamental à sua existência, sendo previsível que em face das dificuldades progressivas que se conhecem esta importância se reforça cada vez mais.

Preços da "AD": a ruína

A política de preços do Governo "AD", classificada como uma política de ruína, foi também fortemente contestada pelos trabalhadores agrícolas. No seu entender, os preços pagos ao produtor são irrealistas, ao mesmo tempo que sobem vertiginosamente os factores de produção. Em face disso, e na base de uma análise realista aos custos de produção, o Encontro decidiu exigir do Governo para os cereais praganos os seguintes preços: trigo - 26 escudos; cevada - 23 escudos; aveia - 18 escudos.

A existência de um Governo reaccionário que pretende destruir a Reforma Agrária, tendo atrás de si um rol de desmandos e ilegalidades, factor permanente de instabilidade, perigo potencial para a democracia, mereceu também uma análise atenta do Encontro.

Foi lembrado por vários participantes a criminosa política de terra queimada da "AD" que rouba as terras às UCP's/Cooperativas para as entregar aos agrários que as deixam abandonadas, com mato a crescer, azeitona por apanhar, água por aproveitar, gado por cuidar e que se utilizam do crédito que devia ser aplicado na agricultura para o desviar para outros fins.

Demissão do Governo

Uma tal política justifica, e justifica há muito, como fizeram questão de sublinhar diversos oradores, uma pronta intervenção do Presidente da República que ponha cobro a este estado de coisas, contribuindo assim para impedir, como aliás prometeu, a destruição da Reforma Agrária.

O Encontro decidiu marcar para o próximo dia 14 uma grande jornada de luta que deverá assumir a forma de uma paralisação durante todo o dia, com concentrações em diversas localidades e distribuição de documentos.

Esta será uma grande acção dos trabalhadores agrícolas inserida nas grandes linhas de luta definidas pelo Encontro em defesa da Reforma Agrária, a saber:

- Continuar a produzir como meio de resistir; reforçar as concentrações e manifestações junto das reservas, dos locais onde se realizam os concursos públicos e dos respectivos concorrentes; lutar contra os processos de execuções fiscais; denunciar a existência de terras abandonadas e exigir que os agrários as cultivem ou que sejam entregues aos trabalhadores rurais e pequenos agricultores; insistir na execução dos acordos do STA e nas reacções junto dos órgãos de poder central e local; alargar a informação sobre a Reforma Agrária a mais largas camadas do Povo português de forma a combater a política de mentira e silêncio que o Governo "AD" impõe aos órgãos de comunicação social por si controlados.

Informação sindical

• **Encontro no material eléctrico e electrónico** - No passado sábado no Porto, reuniram-se cerca de uma centena de delegados sindicais do sector de fabricantes de material eléctrico e electrónico, tendo decidido elaborar um dossier com os casos concretos de repressão patronal para conhecimento da opinião pública e dos órgãos de poder e ainda para servir como forma de luta por melhores condições de trabalho dentro das empresas onde os direitos, liberdades e garantias sindicais são reprimidos, enquanto se recorre escandalosamente aos contratos a prazo e às horas extraordinárias, sem que a Inspeção do Trabalho, dependente do Ministério do mesmo nome, intervenha de modo favorável à solução dos conflitos e sem que os tribunais ditos ainda do trabalho acabem com as longas demoras que caracterizam a sua actividade, se assim se pode chamar ao que fazem por todo o País.

• **Sindicato dos Médicos** - Irregularidades que estão a ser cometidas, sobretudo na "aplicação do diploma das carreiras médicas, regimento dos internos médicos e concursos de admissão às carreiras médicas", são alvo da discordância e do protesto dos médicos que recentemente iniciaram os internatos da especialidade. Circula no sector um abaixo-assinado, exigindo por todo o País "uma rápida clarificação dos problemas", baseada nas leis em vigor. O Sindicato dos Médicos da Região Sul promete para breve a divulgação de documentos esclarecedores da situação.

• **1ª Semana Cultural dos Metalúrgicos** - Decorre ainda, terminando no domingo, 10 do corrente, a 1.ª Semana Cultural dos Metalúrgicos, em Almada (Oficina de Cultura), que inclui exposições, teatro, cinema, jogos florais e arte. A organização, com o apoio da Câmara Municipal, Academia Almadaense, Grupo de Teatro de Campolide e Centro Cultural de Almada, é do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul. A iniciativa integra-se nas comemorações do 12.º aniversário da CGTP-Intersindical Nacional e teve início em 3 do corrente.

• **Encontro de activistas em Setúbal** - Com cerca de 300 presenças, um Encontro reunido em Setúbal em 28 de Setembro findo aprovou uma série de decisões, designadamente no sentido de "empenhar todos os seus esforços no esclarecimento e mobilização dos trabalhadores para a derrota da AD nas próximas eleições autárquicas, defendendo o poder local democrático como conquista do 25 de Abril. Saudando a CGTP-IN pela passagem do seu 12.º aniversário e apoiando a data escolhida para o XIV Congresso da Central (11, 12 e 13 de Março próximo), os activistas e membros de comissões de trabalhadores do distrito de Setúbal, além do apoio às lutas em curso e à necessária mobilização dos trabalhadores, manifestaram solidariedade para com a Reforma Agrária e a OLP, repudiando "energicamente os massacres do stonismo e dos seus cúmplices do imperialismo norte-americano". Reafirmaram, por últi-

mo, «a sua confiança no êxito da luta dos trabalhadores, que permitirá defender Abril e as conquistas alcançadas, bem como derrotar o plano da AD de destruir o regime democrático».

• **1.º Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa** - «Cerca de um quarto dos trabalhadores que integram o Move-

mento Sindical Unitário estão no distrito de Lisboa», revela a União dos Sindicatos (USL) num folheto distribuído recentemente para apoiar a discussão das teses para o seu 1.º Congresso a realizar na capital em meados de Novembro próximo. Com o regulamento já aprovado em plenário geral na Voz do Operário em 11 de Setembro findo, o 1.º Congresso da USL decorrerá sob o lema «Unir e Organizar para Melhor Lutar, para Melhor Viver no País de Abril». Descentralização e verticalização sindicais são dois dos temas abordados no resumo das teses, distribuído para discussão entre os trabalhadores. No primeiro desses temas afirma-se que «a USL considera a descentralização da actividade sindical como tarefa prioritária,

Função Pública Reúnem-se hoje os delegados

As 16 horas de hoje, dia 7, segundo convocatória do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul e Açores, reúnem-se no Laboratório de Engenharia Civil, em Lisboa, os delegados sindicais eleitos por aquele Sindicato, com a seguinte ordem de trabalhos, que o secretariado da Mesa da ADS (Assembleia dos Delegados Sindicais) considera importante: ponto 1, informações; 2 - Congresso da USL (regulamento da eleição de delegados, calendário e discussão das teses); 3 - proposta de alteração dos estatutos do Sindi-

cato (metodologia de discussão); 4 - Proposta Reivindicativa Comum (PRC/1983), e 5 - deliberação sobre o modo de funcionamento de 3 Assembleias Gerais, sendo uma ordinária (relatório e contas) e duas extraordinárias (alteração dos estatutos e PRC/83). O secretariado da Mesa da ADS «apela à pontualidade e participação de todos os delegados sindicais, devendo ser utilizado o crédito de horas ao abrigo da circular do MRA (Ministério da Reforma Administrativa).

Constitui - acrescenta - o passo decisivo para a ligação do Movimento Sindical à vida local das populações, permitindo a sua intervenção na resolução dos problemas sociais». Quanto à verticalização sindical, a USL reafirma que se trata de «uma necessidade, cuja concretização permitirá o aumento da capacidade de intervenção do Movimento Sindical na resolução dos problemas dos trabalhadores, o reforço da unidade e da organização destes, e o melhor aproveitamento dos meios existentes. O prosseguimento da verticalização, com a participação das respectivas Federações, sublinha a USL, visará a concretização dos processos pendentes e a tomada de medidas para a completa integração dos verticalizados».

Plenário de mulheres do distrito de Lisboa

Um plenário de mulheres trabalhadoras do distrito de Lisboa começa hoje, dia 7, às 14 e 30 no auditório do Sindicato do Comércio, na Rua Almirante Barroso. A iniciativa, que decorrerá no quadro da preparação do 1.º Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa é organizado pelo Departamento de Mulheres da USL/CGTP-IN e tem a seguinte ordem de trabalhos: situação política e social; análise dos 3 projectos-lei da maternidade, lei de bases da família, autarquias, tarefas a desenvolver; comissões de mulheres nas empresas e nos sindicatos; 1.º Congresso da USL.

ANOP/escândalo mantém-se

Incluindo 85 jornalistas e outros trabalhadores, uma lista de despedimentos da responsabilidade deste Governo, através do secretário de Estado José Alfaia e do conselho de gerência, aparece no seguimento das ameaças de extinção da Anop e da criação de uma empresa privada para a substituir. Os Sindicatos representativos dos trabalhadores daquela agência de notícias, nacionalizada como se sabe, dirigiram recentemente uma carta ao Presidente da República, general Ramalho Eanes, protestando contra o despedimento colectivo de 147 trabalhadores da Anop, todos eles já notificados pelo conselho de gerência, embora sem garantias de receberem sequer as indemnizações a que terão direito se entretanto se tornarem efectivos os despedimentos.

O processo de extinção da Anop, conduzido pelo Governo de há uns meses a esta parte, não está autorizado legalmente. Essa é aliás uma das bases da carta aberta, dirigida ao Presidente da República, onde a dado passo se afirma que o próprio ministro da Administração Interna, Ângelo Correia, disse numa entrevista à rádio em 27 de Julho que, «por mais vezes que o senhor Presidente da República ponha sobre o diploma de extinção da Anop, pode ela não se extinguir de direito, mas pode extinguir-se de facto».

É na verdade a política do facto consumado que o Governo tenta impor naquela agência, passando por cima da irreversibilidade das nacionalizações. «A liquidação de uma empresa pública - lê-se na carta - em benefício de interesses particulares,

políticos e económicos - que dizem respeito, inclusivamente, ao cidadão que é Primeiro-Ministro, é não só um acto que prejudica os interesses do Estado como configura corrupção na Administração Pública, tanto mais (o sublinhado é nosso) que o Governo deixa de subsidiar a Anop para assumir maiores encargos do erário público para com uma empresa privada».

O processo tem tomado ultimamente foros de escândalo, não só por motivos já publicamente averiguados quanto a dinheiros a fornecer à nova agência que se chamaria «Notícias de Portugal», como pelos aspectos evidentes que envolve de subordinação material e completa da comunicação social aos interesses políticos e económicos da «AD» e da sua parte mais retrógrada, e se que esta distinção naturalmente confusa se pode fazer.

Os sindicatos representativos dos trabalhadores da comunicação social e mais exactamente os ORTs da empresa, bem como o Conselho de Informação para a Anop têm desenvolvido intensa actividade e feito numerosas diligências para manter a agência em funcionamento e conseguir a sua reestruturação sem despedimentos. É nessa actividade que se insere a carta aberta ao Presidente da República onde se pede expressamente que «intervenha fazendo uso de todos os mecanismos de que dispõe, para que seja reposto o cumprimento da legalidade na Anop, EP».

A carta aberta foi divulgada em conferência de imprensa realizada em Lisboa em 6 de corrente.

Desemprego na agricultura

1200 delegados na Conferência de Montemor

«Queremos trabalhar e produzir, queremos uma vida melhor, em que nos sejam garantidos os direitos e regalias a que todos os seres humanos têm direito. Queremos trabalho e pão» - esta, a exigência de dezenas de milhares de desempregados dos campos do Alentejo e Ribatejo, contida num documento subscrito pelos promotores da Conferência Regional sobre o Desemprego na Agricultura, a realizar no próximo sábado, dia 9, com início às 9 horas, no Teatro Curvo Semedo, em Montemor-o-Novo.

Uma Conferência que se propõe determinar as causas do desemprego, fazer um balanço do número de trabalhadores nesta situação e, ao mesmo tempo, apresentar as medidas concretas e as formas de organização e de luta necessárias para pôr cobro a este grave flagelo. Os organizadores desta iniciativa são a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, os Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura e Secretariados e Unões distritais das UCP's/Cooperativas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal.

Nos trabalhos da Conferência participarão cerca de 1200 trabalhadores do desemprego dos cinco distritos da Reforma Agrária e dirigentes e delegados sindicais agrícolas. Na qualidade de convidados, estarão presentes delegações da CGTP-IN e de sindicatos e federações de diversos sectores.

Internacional

Médio Oriente

Não basta lamentar os mortos há que impedir novos massacres

● Deputado do PCP intervém no Conselho da Europa

A anunciada manifestação de apoio ao governo de Israel, com que o partido de Begin (Likud) pretendia fazer esbater o impacto provocado a nível nacional e internacional pela gigantesca manifestação de protesto contra os massacres no Líbano, que juntou em Telavive mais de 10 por cento da população israelita, afinal não se realizou. O facto é revelador. O medo do fracasso de uma tal manifestação, que poria a nu o isolamento em que se encontram as autoridades sionistas, é por demais evidente. A sangrenta aventura israelita no Líbano saldou-se com uma estrondosa derrota política, cujas consequências estão ainda longe de poder ser avaliadas em toda a sua profundidade.

Diariamente surgem novas tomadas de posição que testemunham o crescer da oposição à política de Begin. O final de Setembro, por exemplo, ficou assinalado com a entrega ao ministro da Defesa, Ariel Sharon, de uma lista com mil nomes de soldados e oficiais israelitas que se recusam a servir no Líbano. Aqueles militares fazem parte do movimento "Yesh Gvoul" ("Há um Limite"), criado em Julho passado pelos que estavam em desacordo com a invasão do Líbano. De então para cá o movimento não parou de crescer. As demissões no seio do governo sionista continuam, sendo interessante registar como muitos dos ministros que apoiaram a decisão do governo de Begin de invadir o Líbano se declaram enganados depois dos massacres aos campos de refugiados palestinos em Beirute. Ainda na passada sexta-feira o ex-ministro da Energia, Isaac Ber-man, o afirmou, acusando Menahem Begin e o ministro da

Defesa Ariel Sharon de terem "actuado de maneira arbitrária no Líbano e de terem informado o executivo apenas dos factos consumados".

Isolado interna e externamente, criticado e condenado a todos os níveis, o governo de Begin continua no entanto a sua política de agressão. Compreende-se. O aliado fiel dos Estados Unidos continua a contar com o apoio de que precisa para sobreviver, e a sua missão ainda não está terminada.

Ao contrário do que esperava a administração Reagan e o governo sionista, a invasão do Líbano não só não destruiu a OLP como acabou por contribuir para reforçar a justiça da sua luta perante a comunidade internacional. Como declarou há dias o ministro dinamarquês dos Negócios Estrangeiros, que em representação da CEE se reuniu nas Nações Unidas com o responsável da comissão política da OLP, Farouk Kaddoumi, a atmosfera actual no mundo não

poderia ser mais favorável ao povo palestino. O que constitui uma séria ameaça aos interesses norte-americanos no Médio Oriente e às aspirações expansionistas de Israel.

Dai o empenhamento das autoridades sionistas em prosseguirem as suas boas relações com as milícias fascistas libanesas, como afirmou o general

tenções, ataques tipo Gestapo a casas, sequestros, execuções sumárias e numerosas outras sevícias contra palestinos e libaneses no sul do Líbano ocupado por Israel".

A OLP alertou ao mesmo tempo para a eventualidade de que grupos israelo-libaneses "estejam prestes a empreender uma nova onda de massacres, visan-

do aniquilar ou aterrorizar de forma a levar a um êxodo de toda a população civil palestina no sul, e obrigá-la a submissão os seus vizinhos libaneses".

Não basta como agora aconteceu na reunião do Conselho da Europa, em Estrasburgo, a aprovação de uma resolução que embora condenando Israel pelos massacres no Líbano, não tem uma palavra de crítica aos Estados Unidos que lhe fornece as armas, não reconhece a OLP como único e legítimo representante do povo palestino nem defende a criação de um Estado independente.

Não basta condenar os massacres e reconhecer o direito do povo palestino à autodeterminação, se ao mesmo tempo não se desenvolverem todos os esforços para deter a fúria dos que pretendem exterminar o povo palestino.

Como afirmou o deputado comunista Sousa Marques ao intervir no Conselho da Europa, após salientar como os acontecimentos no Líbano se inserem numa estratégia norte-americana de desestabilização do Médio Oriente que põe em causa a paz mundial, o que está a suceder ali é apenas a parte visível do "iceberg" que Reagan pôs em movimento.

Não serem tomadas medidas concretas, muitas outras vidas haverá a lamentar. A operação cinicamente chamada "Paz para a Galiléia", que tanta morte e destruição já provocou, ainda não chegou ao fim. É preciso pôr-lhe termo, antes que seja demasiado tarde e o Médio Oriente se transforme numa carga demasiado pesada na consciência dos povos.

Não basta lamentar

Semelhante situação coloca de novo a questão da necessidade de tomar medidas concretas que impeçam Israel de prosseguir a sua política de genocídio.



Raphael Eytan. Falando no norte de Israel, o general não teve pejo em afirmar que "essa aliança silenciosa, amigável e efectiva deve continuar".

E continua, materializada em novos ataques a campos de refugiados palestinos no sul do Líbano, onde o desaparecimento de pessoas se torna cada vez mais frequente. Um documento da OLP desta conta recentemente que graves incidentes ocorrem a par de constantes de-

o aniquilar ou aterrorizar de forma a levar a um êxodo de toda a população civil palestina no sul, e obrigá-la a submissão os seus vizinhos libaneses".

Não basta lamentar

Semelhante situação coloca de novo a questão da necessidade de tomar medidas concretas que impeçam Israel de prosseguir a sua política de genocídio.

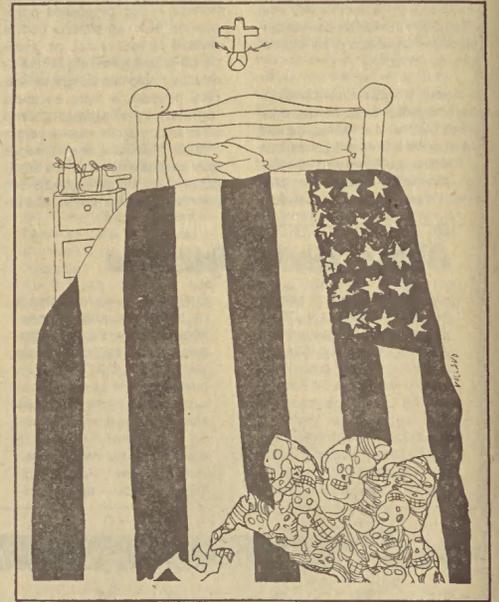
A luta pela paz

Importantes reuniões em Lisboa

«... Este julgamento adquire uma importância particular porque os réus personificam as forças lúbricas que se escondem ainda por muito tempo depois do corpo destas pessoas não ser mais do que cinzas. Estas pessoas são assim o símbolo vivo do ódio racial, do terror, da violência, da arrogância e da crueldade engendradas pelo poder. São o símbolo do nacionalismo e do militarismo extremos, das intrigas e das provocações que lançaram a Europa no abismo da guerra. Toda a indulgência para com eles significa a vitória e o estímulo do mal que está associado aos seus nomes» — um extracto da intervenção do procurador americano, Robert Jackson, no tribunal de Nuremberga, que julgou e condenou alguns dos principais responsáveis pelos crimes do nazismo.

Hoje pede-se um novo «julgamento de Nuremberga», para os responsáveis dos crimes praticados contra os povos palestino e libaneses. Hoje, a retórica do procurador norte-americano muito justamente seria aplicável aos dirigentes dos EUA, não só pelas suas responsabilidades no crime de genocídio praticado no Líbano, mas igualmente pelas suas responsabilidades na multiplicação de guerras fomentadas um pouco por toda a parte, nas vítimas do desvio de verbas para o fabrico de mais armas, na vertiginosa corrida aos armamentos.

nomeadamente o presidente do Conselho Mundial da Paz, Romesh Chandra, serão discutidos: o desenvolvimento da luta mundial de massas pela paz e a luta dos povos pela independência e a paz em todo o mundo,



nuviamento é uma conquista histórica dos povos. Não se deve permitir deixá-la de algum modo à mercê dos políticos míopes e egoístas do campo imperialista. É necessário preservá-la, desenvolvê-la e aprofundá-la. Isto será a vitória da razão humana sobre a perigosa e impensada agressividade. Acreditamos nesta vitória, pois acreditamos na razão humana e no instinto de conservação dos povos».

A paz em debate

Dois importantes reuniões pela paz vão ter lugar em Lisboa.

De 30 de Outubro a 2 de Novembro vai reunir-se em Lisboa, pela primeira vez, a Presidência do Conselho Mundial da Paz.

Nesta reunião, que conta com a participação de destacadas personalidades na luta pela paz,

opondo-se aos focos de tensão, e de guerra fomentados pelo imperialismo.

De 2 a 3 de Novembro, reúne em Lisboa a Comissão Internacional preparatória para a Assembleia Mundial pela Paz e a Vida, contra a guerra nuclear.

Como destaca o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), «no centro dos debates em Lisboa encontrar-se-ão questões vitais como a luta contra a instalação dos mísseis Pershing II e do Cruzeiro na Europa Ocidental em 1983, o movimento freeze nuclear (congelamento da produção de armas nucleares) nos EUA e no mundo, o compromisso de não-utilização em primeiro lugar das armas nucleares, etc.»

«As reuniões de Lisboa apontarão para a acção unida de todos, de todos os movimentos e correntes, sem excepção, como único caminho para a paz».

SPD já não é governo. Porquê?

Que perspectivas para a RFA

Após treze anos consecutivos no poder, na RFA, a social-democracia foi afastada do governo. Assim, a coligação SPD (social-democratas) e FDP (liberais), deu lugar a uma coligação entre liberais e cristãos-democratas (CDU/CSU). Estes os factos.

Factos que entretanto são fruto de uma realidade complexa, que o seu simples enunciado está muito longe de traduzir. Factos que por outro lado não representam uma nova etapa, entendida como uma outra fase de relativa «estabilidade» (no sentido burguês do termo).

Pelo contrário, neste momento, plenamente se justifica falar de instabilidade, e mesmo de crise, em relação à RFA. Crise no domínio económico, como por todo o mundo capitalista. Crise e nível político, nomeadamente no interior dos vários partidos defensores (mesmo quando o não afirmam) dos interesses do capital.

Para melhor compreender o que se está a passar, algumas questões se colocam: Porquê o afastamento da social-democracia? A nova coligação corresponde a qualquer alteração do eleitorado para a direita? Que

o problema — da realidade: os dirigentes do CDU/CSU, do FDP, do SPD têm, em pontos determinantes, posições idênticas».

Palavras que mantêm toda a sua actualidade e que reflectem as bases em que acenta o «rotativismo» burguês, apresentada como sinónimo de democracia pelos seus defensores.

A consciência crescente desta realidade a nível popular leva, por exemplo, aos significativos resultados das eleições regionais no Estado Federal de Hesse, em que se registou uma notável subida de votação nos

conclusão do último relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). A isto há que somar o crescente problema do desemprego — aumentou mais de 50% num ano, abarcando mais de dois milhões de trabalhadores sem trabalho. E as previsões para o crescimento económico — segundo o Instituto de Investigação de Kiel, cerca de 0,5% neste Outono.

Um único ministério tem visto o seu orçamento em aumento constante e mesmo acelerado — Ministério da Defesa: um salto de 25 400 milhões de marcos em 1971, para 52 298 milhões em 1981 (duplicação do orçamento em dez anos). O que representa lucros acrescidos para empresas como a MTU Munich-Friedrichshafen (Avião Tornado), a Krauss-Maffei-AG (Carro Leopardo) ou a Dornier. Mas por outro lado agrava todas as manifestações da crise, ultrapasando, por exemplo, a dezena de milhar o número de empre-

mães, temos tendência para mergulharmos num sentimento de crise. Sejam honestos, a vida é uma sucessão de crises», disse Brandt, que declarou ainda — «Para mim, o realismo social-democrata, é a vontade do possível».

Este gosto pela dialéctica e a reduzida audácia da visão política tinha a sua razão de ser. O SPD perdeu 30 000 militantes num ano, não recrutando praticamente mais mulheres e jovens.

Simultaneamente, as divergências internas aprofundavam-se e multiplicavam-se. Na sala do Congresso foi abordada mesmo uma questão dificilmente imaginável. A lei repressiva internacionalmente conhecida por Berufsverbot (interdições profissionais), está a atingir também membros do SPD.

O problema mais controverso foi o das armas nucleares, ou mais concretamente a instalação de novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa, e em particular na RFA. Enquanto a direcção do SPD defende, na prática, a sua implantação, amplos sectores do partido, não só recusam tal política, como activamente se incorporam no movimento pacifista, cujo objectivo fundamental neste momento é impedir a colocação em território oeste-alemão dessas novas armas.

A decisão foi adiada para 1983. Mas a crise não pode ser adiada. E vai crescendo e dividindo os social-democratas em torno de várias e importantes questões políticas.

A «gota de água»

A crise actual foi desencadeada por uma «gota de água». Aos planos económicos do SPD, os liberais opõem uma política de ataque aberto aos direitos e interesses dos trabalhadores, com drásticos cortes nas despesas sociais. Estava dado o passo fundamental para a queda da Economia avisava que o nível de vida deveria descer este ano ao nível de 78 ou 77.

São números significativos sobretudo tendo em conta que a base de partida da RFA — dado o empenhamento dos Estados Unidos, no pós-guerra, em rapidamente erguer a economia oeste-alemã, como seu apoio fundamental no continente europeu — a coloca no primeiro lugar na Europa e no quarto a nível mundial.

SPD, que partido?

Em Abril de 82, em Munique, o SPD realizou um tumultuoso Congresso. Duas afirmações que Willy Brandt, presidente do partido, dão-nos, em síntese, a tónica da situação. «Nós, ale-

os «verdes» registaram uma sensível subida. Resultados que, mesmo numa análise superficial, não podem deixar de traduzir que algo de novo se está a passar no cenário eleitoral oeste-alemão. Algo que quer dizer profundo descontentamento. E vontade de uma outra política.

Resta saber a quem serve a «gota de água». Não certamente ao povo alemão. Mas sem dúvida aos que querem a garantia de uma política mais abertamente virada para a defesa dos interesses do capital, mais solidamente empenhada na manutenção de uma política militarista. E aqui importa relembrar as palavras do camarada Herbert Mies: «A questão de saber quem governa este país não nos é indiferente».

Que consequências?

Dificilmente a actual coligação poderá vir a consolidar-se por dificuldades internas (amplos divisões se registam no seio dos liberais); porque em nada corresponde ao sentir e à vontade do povo oeste-alemão, pelo que não deverá sobreviver a um acto eleitoral.

Para já, entretanto, ela existe, e é poder. E como tal poderá causar estragos.

A nível interno, pela deterioração maior ainda das condições de vida da maioria da população, e por uma política orientada para a expulsão dos emigrantes que serão, sem dúvida, as suas primeiras vítimas.

A nível externo, as perspectivas são ainda mais preocupantes. E inevitavelmente nos trazem à ideia que esta crise política (e as suas consequências), favorecem muito claramente os EUA — basta referir a batalha em torno do oleoduto, ou, mais ainda, a questão controversa da implantação das novas armas nucleares. Tão claramente que dá que pensar.

Não é que os objectivos políticos do SPD sejam diferentes dos defendidos pelo presidente Reagan. Mas alguns factores com reflexos favoráveis a nível de coexistência pacífica na Europa, têm vindo a ser considerados, dando lugar a uma táctica diferente. São eles:

- A RFA está na fronteira entre o capitalismo e o socialismo pelo que é uma vítima potencial de uma política de confrontação;
- A crescente importância do movimento pacifista neste país;
- A importância do comércio entre a RFA e a União Soviética — 15 bilhões de marcos (enquanto entre os EUA e a URSS é de 3 bilhões).

Factores que continuam sem dúvida a pesar. Mas continuarão igualmente a ser considerados?



perspectivas se abrem neste momento para o povo da RFA? Que consequências a nova situação criada pode vir a ter a nível internacional e em particular na Europa?

SPD, que política?

Herbert Mies, presidente do DKP (Partido Comunista da RFA), afirmava na véspera das eleições de Outubro de 1980: «Não ignoramos que existem numerosas diferenças entre os diferentes partidos representados no Bundestag (Parlamento). A questão de saber quem governa este país não nos é indiferente. Não renunciámos a uma necessária diferenciação. Mas, ao mesmo tempo, não nos deixaremos desviar — pelas belas palavras ou diferentes maneiras de abordar este ou aque-

«verdes». O que não pode deixar de traduzir a recusa de uma política — a que tem vindo a ser seguida — e a certeza que aumentos de votação nos liberais ou nos democratas-cristãos, em detrimento dos social-democratas, não leva a qualquer alteração significativa, antes pode conduzir ao agravamento de uma mesma política.

E que política tem vindo a ser seguida por um partido que se diz representativo dos interesses da classe operária, a tal ponto que no seu último — e tumultuoso — Congresso, foi avançada a necessidade de «abertura» às camadas médias?

Pois, uma política de defesa dos interesses do capital. Apenas alguns dados. «Pela primeira vez depois do pós-guerra, o consumo privado real desceu na RFA» — é uma

nas levadas à falência em cada ano. Em Maio, o ministro da Economia avisava que o nível de vida deveria descer este ano ao nível de 78 ou 77.

São números significativos sobretudo tendo em conta que a base de partida da RFA — dado o empenhamento dos Estados Unidos, no pós-guerra, em rapidamente erguer a economia oeste-alemã, como seu apoio fundamental no continente europeu — a coloca no primeiro lugar na Europa e no quarto a nível mundial.

SPD, que partido?

Em Abril de 82, em Munique, o SPD realizou um tumultuoso Congresso. Duas afirmações que Willy Brandt, presidente do partido, dão-nos, em síntese, a tónica da situação. «Nós, ale-

Solidariedade

● Contra o Apartheid

— O presidente do comité especial do Apartheid da ONU, ao discursar nas Nações Unidas a propósito do próximo dia de Solidariedade com Os Presos Políticos — 11 de Outubro —, fez um apelo aos governos e organizações mundiais para que intensifiquem a campanha pela libertação de Nelson-Mandela e dos restantes presos políticos sul-africanos.

Expressiu ainda a sua profunda inquietação pelas represálias maciças e cruéis lançadas pelas autoridades daquele país contra os sindicalistas em particular, propondo a organização de uma campanha mundial com a participação dos sindicatos, para pôr fim a este tipo de repressão. Entretanto, o julgamento dos membros do Congresso Nacional Africano — CNA —, condenados a 20 anos de prisão por um tribunal da África do Sul, transformou-se em verdadeira manifestação de protesto contra a arbitrariedade e a violência racistas. Acolhi-

do na sala do tribunal com gritos de «viva o CNA, a revolução popular vencerá», o veredicto indignou os africanos presentes, que abandonaram a sala sob o lançamento de gases lacrimogéneos pela polícia. Os três patriotas condenados — Maghityana, Magubela e Gaba — foram acusados de «alta traição», qualificativo atribuído na África do Sul a quem quer que se manifeste contra o Apartheid. Cidadãos do Transkei — um pseudo-estado de «bantustões» — os três condenados não conseguiram fazer valer o facto, alegado pela defesa, de que os «bantustões» tem a sua própria legislação, o que mais uma vez revela a inconsistência das afirmações dos governantes sul-africanos sobre a «independência» desses «estados».

● Presos políticos no Uruguai — Os presos políticos no Uruguai continuam a morrer nas cadeias do regime fascista. Recentemente morreram nessas circunstâncias três patriotas — dois

deles após o cumprimento das penas a que tinham sido condenados. A denúncia dos factos partiu do Centro de Estudos Legais e Sociais da Argentina, organização que lançou um apelo à solidariedade internacional com os presos políticos uruguayos que estão submetidos a condições de detenção desumanas, condições que vitimaram Arturo Viera, Edgar Sosa e Juan Alfredo Del Pino. Entretanto dois outros detidos encontram-se em precário estado de saúde. São eles Ricardo Selves e Rafael Wims, ambos também com as penas já cumpridas.

● Soldados israelitas recusam combater no Líbano — Sob a já a cerca de um milhar o número de soldados israelitas que se recusam a partir para o Líbano. «Há Um Limite», dizem estes soldados e oficiais de Israel que fundaram um movimento, em Julho passado, tendo entregue a Sharon uma lista com um milhar de assinaturas de jovens que se recusam a participar nos massacres do Líbano. Um cabo, de nome Eli Gozansky, foi agora condenado a uma pena de quatro semanas de prisão sob a acusação de recusar-se a prestar serviço militar no Líbano. Já antes, este militar fora condenado pelas mesmas razões. Por duas vezes foi condenado a penas de 14 dias de prisão. Antes de ser mobilizado, Eli Gozansky pediu, por carta enviada aos comandos militares, que lhe fosse concedida a oportunidade de apenas prestar serviço militar dentro das fronteiras de Israel e não nos territórios árabes ocupados. O seu pedido foi considerado e, durante ano e meio não foi enviado para fora das fronteiras do Estado. Em Julho de 1982, sete semanas antes do início da operação no Líbano, o militar foi transferido para uma unidade que combatia no Líbano. Após haver explicado a situação aos superiores hierárquicos, foi preso.

